

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                 | <b>2</b>  |
| <b>Título: Governo vê até 11 petroleiras em megaleilão do pré-sal .....</b>          | <b>2</b>  |
| Título: ANP nega necessidade de rever agenda de eventos .....                        | 4         |
| Título: Prévias de analistas indicam lucro médio de US\$ 2,6 bilhões para Vale ..... | 6         |
| Título: Furnas deve lançar novo PDC para cortar custos .....                         | 8         |
| Título: Petrobras prevê investir US\$ 1,4 bilhão em refino .....                     | 10        |
| Título: Preço e venda de minério impulsionam lucro da CSN .....                      | 11        |
| Título: JBS investe R\$ 180 milhões em 3ª fábrica de biodiesel .....                 | 12        |
| Título: Juntos Somos Mais amplia plataforma de vendas .....                          | 13        |
| Título: Cenário dinâmico .....                                                       | 15        |
| Título: Novas regras para comercializadoras podem sair em 2020 .....                 | 18        |
| Título: Acesso de indústrias deve demorar 2 anos .....                               | 20        |
| Título: Rio de Janeiro procura expandir adesão setorial .....                        | 21        |
| Título: BNDES analisa projetos com nova metodologia .....                            | 22        |
| <b>Título: Biomassa da cana ganha fôlego com RenovaBio .....</b>                     | <b>24</b> |
| Título: Portabilidade residencial pode resultar em preços mais baixos .....          | 26        |
| Título: Empresas aguardam decisão sobre GSF .....                                    | 27        |
| Título: Contratos mais longos favorecem a oferta .....                               | 29        |
| Título: Data para implementar o PLD horário pode ser adiada de novo .....            | 31        |
| Título: Fundos dão suporte a estratégias comerciais .....                            | 32        |
| Título: Eólicas avançam com novos canais de comercialização .....                    | 34        |
| Título: Petroleiras podem viabilizar as operações offshore .....                     | 36        |
| Título: Solar ainda depende de competitividade .....                                 | 37        |

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Uso de baterias deve ganhar importância .....                         | 39        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                    | <b>40</b> |
| <b>Título: Brasil receberá paraguaios para falar sobre Itaipu .....</b>       | <b>40</b> |
| Título: Acordo sobre açúcar pode sair neste ano .....                         | 41        |
| Título: O renascer do Rio Doce.....                                           | 42        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                       | <b>46</b> |
| Título: Hermano .....                                                         | 46        |
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                  | <b>46</b> |
| Título: Presidente de Furnas defende privatização da empresa.....             | 46        |
| <b>Título: O presidente do jeito que ele é .....</b>                          | <b>47</b> |
| Título: Custo Itaipu .....                                                    | 50        |
| Título: Ponto para Castello Branco.....                                       | 53        |
| Título: FÚRIA PARAGUAIA .....                                                 | 53        |
| <b>Título: Governo bloqueia mais R\$ 348 milhões da Educação.....</b>         | <b>54</b> |
| Título: Trump quer negociar .....                                             | 55        |
| Título: Exploração de terras indígenas é causa de atrito com o Congresso..... | 58        |

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: Daniel Rittner, Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta | De Brasília**

**Título: Governo vê até 11 petroleiras em megaleilão do pré-sal**

**O Ministério de Minas e Energia** espera a participação de até 11 multinacionais do petróleo na disputa pelos excedentes da cessão onerosa, que está marcada para o dia 6 de novembro e tem bônus de assinatura estipulado em R\$ 106 bilhões. Nesta sexta-feira, devem ser enviadas as últimas respostas do governo aos pedidos de esclarecimentos e diligências do Tribunal de Contas da União (TCU), segundo o secretário-executivo-adjunto da pasta, Bruno Eustáquio de Carvalho.

Eustáquio disse ao **Valor** que foram realizadas três rodadas de "conversas one-on-one [uma a uma]" com essas empresas - entre as quais gigantes como Shell, Exxon Mobil, Total, BP, Equinor, CNOOC e Petrogal - para dirimir antecipadamente dúvidas sobre o megaleilão do pré-sal. Para o governo, ficou claro quem tinha ou não interesse nos recursos para valer. Vem daí a aposta em até 11 participantes. "A nossa expectativa é ter pelo menos uma proposta para cada área. Por suas características, é um ativo premium, graças à ausência de risco exploratório e à produtividade dos campos", afirma o secretário.

O edital definitivo do leilão será lançado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) no dia 6 de setembro. "Sempre há elementos para aperfeiçoar, mas a consulta pública foi uma das mais serenas das quais participei em toda a minha vida. Isso reflete um nível de transparência, participação e engajamento impecável. As próprias empresas reconhecem isso."

Logo após a publicação do edital, o governo pretende fazer um "road show" por Estados Unidos, Europa e Ásia para divulgar as oportunidades do setor de petróleo e gás natural no Brasil. A intenção é falar não apenas sobre os excedentes da cessão onerosa, mas sobre a 6ª rodada do pré-sal pelo regime de partilha e a 16ª rodada de licitações sob o regime de concessão (principalmente em áreas terrestres e do pós-sal), além da oferta permanente de acumulações marginais. Ao todo, devem ser recolhidos R\$ 117 bilhões só em bônus de assinatura.

Apesar da corrida contra o tempo para que esse dinheiro caia na conta do Tesouro Nacional na segunda quinzena de dezembro, Eustáquio demonstra confiança. "O nosso compromisso em seguir o cronograma é total", ressalta. Ele informou que o ministério já recebeu duas oitivas, uma diligência e um pedido de acompanhamento do TCU. As últimas complementações estão sendo encaminhadas ao órgão de controle nos próximos três dias.

O tribunal prepara uma rápida resposta à entrega formal dos estudos sobre o leilão. O **Valor** apurou que a corte planeja submeter a análise do certame à aprovação final na sessão plenária de 28 de agosto - ou, no máximo, no julgamento da semana seguinte.

Técnicos do tribunal e parte dos ministros se comprometeram a encurtar o rito de análise previsto na Instrução Normativa 81/2018. A norma prevê que, a partir do envio dos dados consolidados dos processos de desestatização, inicia a contagem do prazo de 90 dias para concluir a análise. Dentro disso, 75 dias ficam para a área técnica se manifestar e outros 15 dias para o ministro-relator submeter seu parecer à votação no plenário.

Para viabilizar o leilão neste ano, a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo (Seinfra Petróleo) deve se posicionar em 30 dias. O relator do caso, o ministro Raimundo Carreiro, apreciará o caso em dez dias.

A avaliação do excedente é feita desde as primeiras interações com o governo sobre o contrato da cessão onerosa com a Petrobras. Os técnicos do TCU gostam de lembrar que, em 2014, impediram que o direito de explorar o excedente fosse repassado à Petrobras por apenas R\$ 2 bilhões.

O certame oferecerá quatro áreas do pré-sal (Búzios, Atapu, Sépia e Itapu), com volume estimado entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris. Os investimentos devem superar R\$ 1 trilhão nos 35 anos de contrato. A Petrobras já manifestou interesse em exercer o direito de preferência em Búzios e Itapu, onde poderá entrar como operadora do consórcio com participação mínima de 30%.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor: André Ramalho | Do Rio**

**Título: ANP nega necessidade de rever agenda de eventos**

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) não vê necessidade de mudar o cronograma dos leilões deste ano, disse ontem o diretor do órgão, Felipe Kury, em resposta a questionamentos da área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o calendário. A agência planeja realizar entre outubro e novembro três rodadas com potencial de arrecadação de R\$ 117 bilhões em bônus de assinatura.

Além dessas duas licitações, o calendário de rodadas de 2019 prevê a realização do leilão dos excedentes da cessão onerosa. Segundo o site epbr, especializado em energia, técnicos da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração do TCU entendem que há risco de que as três rodadas concorram entre si e que o rearranjo das datas seria uma forma de não prejudicar a competitividade. O relatório do TCU, porém, diz que não se trata de uma posição final sobre o calendário.

A 16ª rodada está marcada para 10 de outubro. O leilão dos excedentes da cessão onerosa foi agendado para 6 de novembro, e a 6ª rodada de partilha, para 7 de novembro.

Para Kury, os questionamentos do TCU fazem parte do processo de organização das rodadas e é "natural" que o tribunal peça detalhes sobre as licitações quando se trata de leilões envolvendo volumes vultuosos.

"O TCU está fazendo o trabalho que ele tem que fazer. Em todas as rodadas a gente troca muita informação. E é um trabalho que dá robustez ao processo. À medida que o TCU vai questionando, vamos tirando as dúvidas e isso vai robustecendo o processo. Não existe ter leilões dessa magnitude sem o TCU participar ativamente das conversas, sobre quais são as salvaguardas", afirmou.

Em defesa da manutenção do calendário, ele alegou que as petroleiras que monitoram as oportunidades de negócio do pré-sal são empresas com "capacidade financeira grande" e que já estão "olhando há muito tempo esses ativos". Kury destacou que a sequência de três rodadas permitirá que eventuais perdedores de uma licitação tenham oportunidades na rodada seguinte.

Kury disse estar otimista com as licitações de 2019 e defendeu a necessidade de o governo acelerar o calendário de rodadas. "Nosso papel é acelerar ao máximo. A matriz está mudando. As empresas estão procurando alternativas mais limpas."

Questionado sobre a grande prioridade da ANP, entre as três rodadas do ano, o diretor disse que o leilão dos excedentes é o principal, porque é "transformacional".

A ANP também espera licitar neste ano as primeiras áreas ofertadas na modalidade oferta permanente - mecanismo pelo qual a agência coloca à disposição do mercado, permanentemente, uma lista de campos devolvidos à União e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados.

A ANP informou que 47 empresas já estão inscritas para a oferta permanente. Os últimos 12 nomes aprovados pela Comissão Especial de Licitação (CEL) incluem gigantes como Petrobras, ExxonMobil, Shell e a chinesa CNOOC. As brasileiras Enauta e PetroRio também estão na lista das recém-inscritas.

Pelas regras da oferta permanente, se uma empresa manifestar o interesse por um bloco, a agência abre prazo de 90 dias para verificar se há potenciais outros interessados. Havendo dois ou mais interessados, dá-se o processo licitatório. Se apenas uma companhia manifestar a intenção na aquisição, ela fica automaticamente com o ativo, mediante pagamento de bônus de assinatura.

A ANP marcou para 10 de setembro a data para apresentação das ofertas dos ativos incluídos no primeiro ciclo da oferta permanente.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Prévias de analistas indicam lucro médio de US\$ 2,6 bilhões para Vale**

Apesar da perda de produção resultante da tragédia de Brumadinho (MG), a Vale deve divulgar hoje um bom resultado operacional no segundo trimestre do ano, sustentado por maiores preços do minério de ferro, segundo previsão de bancos ouvidos pelo **Valor**.

A mineradora vai publicar os números de seu balanço contábil do período abril-junho hoje após o fechamento dos mercados. Entre abril e junho deste ano, o preço do minério de ferro situou-se, em média, em US\$ 100 por tonelada no mercado à vista da China. A alta da commodity foi de 21% no segundo trimestre na comparação com o primeiro trimestre de 2019.

O resultado da mineradora deve ser impactado, porém, por provisões adicionais referentes a Brumadinho, as quais terão efeitos negativos sobre o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) e sobre o lucro líquido. A estimativa dos bancos é que a mineradora faça uma provisão entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão no segundo trimestre.

Levantamento feito pelo **Valor** com sete bancos indica uma receita média de US\$ 9,47 bilhões para a Vale entre abril e junho, alta de 10% sobre o mesmo período do ano anterior. O Ebitda previsto pelas instituições financeiras para a mineradora no segundo trimestre do ano é de US\$ 4,87 bilhões, alta de quase 26% sobre o segundo trimestre de 2018.

O lucro médio estimado é de US\$ 2,6 bilhões, 34 vezes maior do que o lucro de apenas US\$ 76 milhões do segundo trimestre de 2018. O resultado daquele trimestre sofreu impactos não caixa dos efeitos da depreciação do real frente ao dólar sobre a dívida da companhia, e houve ainda provisão referente à Fundação Renova e a capital de giro para a Samarco, empresa que marcou a outra tragédia recente na qual a Vale se envolveu: o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015.

Um analista de banco, que preferiu não se identificar, disse que o volume de vendas da Vale, no segundo trimestre, frustrou expectativas. No dia 22 deste mês, a mineradora divulgou o relatório de produção, quando informou que a venda dos tipos finos mais pelotas atingiu 70,8 milhões de toneladas, alta de 4,5% sobre o primeiro trimestre. O analista disse que houve também aumento de custos representado pela demora ("demurrage") dos navios para carregar

minério de ferro no terminal da empresa em Ponta da Madeira (MA). "Apesar dos problemas, o efeito preço mais do que compensa a perda de volume", afirmou.

No mercado, a avaliação é que no cenário pós-Brumadinho a Vale está gerando mais caixa como resultado da alta nos preços do minério, embora a empresa venha perdendo participação de mercado na China, o grande consumidor global, para as rivais australianas. O analista previu ainda que a Vale possa chegar a um entendimento com as autoridades, no Brasil, para celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) definitivo sobre Brumadinho até o fim do ano.

A provisão adicional a ser feita no balanço no trimestre passado vai se somar aos US\$ 4,9 bilhões que a empresa registrou como "impacto financeiro" no primeiro trimestre, incluindo provisões e despesas relacionadas à tragédia em Minas Gerais em 25 de janeiro.

Em relatório, o J. P. Morgan disse que apesar das vendas da Vale terem decepcionado no trimestre, os resultados no período serão sustentados por preços mais altos do minério. Estimou receita de US\$ 9,3 bilhões, Ebitda de US\$ 4,9 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,6 bilhões para a Vale no segundo trimestre do ano. O Itaú BBA disse esperar um resultado "sólido" no período. Estimou receita de US\$ 9,4 bilhões, Ebitda de US\$ 4,7 bilhões e lucro líquido de US\$ 2,47 bilhões para a Vale entre abril e junho.

O Bradesco BBI informou, também em relatório, que o custo da empresa será impactado por volumes menores. Previu que o custo de produção da Vale até o porto, o chamado custo caixa C1, deva subir US\$ 1,5 por tonelada, situando-se em US\$ 15,4 por tonelada. O banco projetou receita de US\$ 9,4 bilhões, Ebitda de US\$ 4,8 bilhões e lucro líquido de US\$ 1,72 bilhão para a Vale no segundo trimestre. É o menor lucro projetado entre os bancos ouvidos. O lucro é uma variável em relação à qual os bancos dão menor atenção no caso de Vale, em parte porque trata-se de um indicador que sofre efeitos extraordinários como o da variação cambial. Existe também maior dificuldade dos analistas em calcular o resultado final do balanço da mineradora em função das provisões que são difíceis de estimar.

A métrica mais importante, na visão dos analistas, é a geração de caixa, que indica a saúde financeira da companhia. A maior receita prevista para a Vale entre os bancos consultados é a da XP, com US\$ 9,78 bilhões entre abril e junho. E a menor receita esperada é do BTG Pactual - US\$ 9,2 bilhões.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Furnas deve lançar novo PDC para cortar custos**

A elétrica Furnas pretende realizar um novo plano de demissão consensual (PDC) ainda este ano. Segundo o diretor-presidente da companhia, Luiz Carlos Ciochi, o programa, que será desenvolvido no âmbito da controladora Eletrobras, deverá ser elaborado após as discussões em curso entre a holding e os sindicatos, relativa ao Acordo Coletivo de Trabalho.

"Já aconteceram vários PDCs. É esperado pelo menos mais um para este ano. Mas essa questão de demissões voluntárias dependem da Eletrobras", disse o executivo, que está há três meses no cargo, em encontro com jornalistas, no Rio.

Apesar de não apresentar detalhes sobre o novo plano, Ciochi contou que, de acordo com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), o número ideal de funcionários para Furnas seria de 2.751 pessoas. A empresa possui cerca de 4 mil funcionários, sendo 3 mil próprios e 1 mil contratados.

Ciochi disse ser possível reduzir o contingente para o número projetado pela Sest, porém ele reconhece ser uma meta ousada.

A redução do número de funcionários também faz parte do plano de gestão do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, para diminuir custos e aumentar a eficiência do grupo.

Nessa linha, Furnas deve reduzir, de cerca de R\$ 55 milhões para R\$ 25 milhões, as despesas anuais com a nova sede. Segundo Ciochi, a mudança de endereço deve ocorrer em até seis meses depois da assinatura do contrato de locação, prevista para ocorrer esta semana.

Furnas deixará o tradicional endereço na rua Real Grandeza, em Botafogo, na zona Sul do Rio, para ocupar o antigo prédio da mineradora Vale, na rua Graça Aranha, no centro da cidade.

Ao todo, 1.500 funcionários da estatal trabalham no complexo atual, formado por três blocos que pertencem ao Fundo Real Grandeza, fundo de pensão dos funcionários de Furnas, e algumas instalações da própria elétrica. O prédio onde ficará o novo escritório de Furnas pertence à Valia, fundo de pensão dos funcionários da Vale.

De acordo com Ciocchi, a desocupação do atual prédio não afetará a "robustez" do fundo de pensão dos funcionários de Furnas. Ele afirmou que o complexo em Botafogo é "uma das grandes oportunidades imobiliárias do Rio hoje".

No encontro, o diretor de Finanças da elétrica, Caio Pompeu Neto, contou que Furnas prevê investir R\$ 1,4 bilhão em 2020. O valor está em linha com o investimento deste ano. "Temos uma tendência a investir o mesmo patamar deste ano, mas serão mais investimentos corporativos e menos em SPes [sociedades de propósito específico]".

O valor para o próximo ano já foi aprovado pela diretoria e o conselho de administração de Furnas e pelo conselho de administração da Eletrobras. A cifra agora precisa ser homologada pela Sest.

Para este ano, um dos principais projetos de Furnas é o do complexo eólico de Fortim, no Ceará, previsto para entrar em operação em dezembro. O empreendimento, de 123 megawatts (MW) de capacidade instalada, tem investimento total estimado de R\$ 750 milhões.

Com participação em 23 usinas, que somam 18 mil MW, dos quais 12 mil MW de sua propriedade, Furnas estuda participar do próximo leilão de energia nova, do tipo "A-6", em que são negociados contratos para novas usinas com início de suprimento em seis anos (2025). O leilão está previsto para outubro. Segundo Ciocchi, a empresa recebeu este "desafio" da Eletrobras. Ele, porém, não detalhou quais potenciais projetos, e de que fontes, poderá fazer parte.

Ainda na área de geração, Furnas pode ampliar seu portfólio de geração térmica. "Estamos analisando profundamente aumentar a participação em termelétricas a gás", disse Ciocchi. Furnas possui hoje duas termelétricas, com 530 MW de potência.

Da mesma forma, a empresa estuda participar do próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em dezembro. A ideia, explicou o executivo, é aproveitar sinergia com a rede atual da companhia, que possui mais de 20 mil km de linhas.

Ciocchi também contou ter recebido a visita de representantes da chinesa State Power Investment Corporation (SPIC), que negocia a compra da fatia de 18,5% da Odebrecht na hidrelétrica de Santo Antônio (RO), do qual Furnas tem pouco mais de 43% de participação. "Já tivemos uma reunião com eles [SPIC]. Nada conclusivo. Foi uma reunião de apresentação de ambas as partes. Já manifestaram o interesse [em adquirir a participação da Odebrecht]", afirmou.

Segundo ele, a operação, se concretizada, pode servir de porta de entrada para a chinesa, que poderá futuramente planejar aumentar sua fatia na usina.

"Imagino que, do ponto de vista da SPIC, esse possa ser um passo inicial", disse Ciocchi, acrescentando que Furnas quer reduzir sua participação na usina para a fatia original de 39%.

Procurada pelo **Valor**, a Odebrecht informou em nota que, "mantém seu posicionamento estratégico de venda de sua participação acionária na hidrelétrica de Santo Antonio e está em conversas com potenciais interessados".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Petrobras prevê investir US\$ 1,4 bilhão em refino

A Petrobras prevê investir US\$ 1,4 bilhão em refino e US\$ 370 milhões em logística nos próximos anos. A informação foi dada ontem pelo gerente-executivo de Logística da estatal, Mauro Mendes, que disse que a empresa pretende continuar a investir "firme" na área de refino, mesmo com o plano de venda de oito refinarias.

Segundo ele, que participou de evento do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), no Rio, a Petrobras está lançando a primeira etapa do plano diretor de dutos, que prevê a construção de dois novos trechos - um de gás liquefeito de petróleo (GLP) e outro de petróleo - no Estado de São Paulo e a instalação de bombas em Cubatão (SP).

"Vamos viabilizar o suprimento de QAV [querosene de aviação] em Brasília, via [o duto] Osbra, para nos dar maior eficiência e redução de custos, redução da necessidade de transporte via caminhão. E teremos alguns investimentos importantes em refinaria, no sentido de garantir o baixo teor de enxofre no diesel. Vários investimentos estão sendo programados, da ordem de US\$ 370 milhões em logística, e US\$ 1,4 bilhão no refino", afirmou.

Presente ao evento, o presidente da Transpetro, braço logístico da Petrobras, Antonio Rubens, disse que a empresa quer se posicionar como prestadora de serviços logísticos para os novos operadores que assumirão as refinarias à venda pela estatal.

"Buscamos novos passos de resiliência para sermos competitivos. A intenção é oferecer serviços aos novos investidores", afirmou ele.

A Transpetro também se prepara para um período de transição, em que as transportadoras de gás - como a Transportadora Associada de Gás (TAG),

controlada pela Engie, e a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), controlada pela Brookfield - assumirão a operação dos gasodutos. Hoje, essas empresas possuem contratos de operação com a Transpetro.

A Petrobras também planeja investir R\$ 15 bilhões no Espírito Santo até o fim de 2023. A cifra foi informada pelo governo daquele estado, após reunião do governador Renato Casagrande (PSB) e o diretor de Relacionamento Institucional da estatal, Roberto Ardenghy, na última segunda-feira.

Para o secretário interino de Desenvolvimento capixaba, Paulo Meneguelli, o investimento previsto pela Petrobras mostra como o estado é estratégico para a estatal.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo**

**Título: Preço e venda de minério impulsionam lucro da CSN**

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) anunciou ontem lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R\$ 1,74 bilhão no segundo trimestre, aumento de 50,4% na comparação com o mesmo período de 2018. O lucro líquido consolidado foi de R\$ 1,89 bilhão, alta de 59%.

No período, a receita líquida foi de R\$ 6,9 bilhões, 21,3% maior em base anual. Desse valor, o negócio de mineração de ferro respondeu por R\$ 3,09 bilhões, com expressivo crescimento de 132% ante um ano atrás. O resultado foi puxado por maior volume de venda e preço do minério na China, onde atingiu a média no trimestre de US\$ 100 por tonelada.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) atingiu R\$ 1,46 bilhão, queda de 21% ante o segundo trimestre de 2018, devido a uma despesa líquida de R\$ 802 milhões fruto da desvalorização das ações da Usiminas e de despesas com contabilidade de hedge.

As vendas de minério de ferro da CSN somaram 10,1 milhões de toneladas, 25% acima do mesmo período de 2018. Desse volume, as exportações subiram 33%, para 9 milhões de toneladas. A produção somou 8,3 milhões de toneladas, 23% maior. Já as compras de minério de terceiros caiu 5%.

A CSN destacou que no trimestre foi confirmada a percepção de equilíbrio apertado de oferta e demanda. Enquanto a produção de aço da China seguiu acelerando (crescimento trimestral de 14%), a oferta já comprometida após o

desastre de Brumadinho foi fortemente impactada por chuvas no Norte do Brasil e um ciclone na Austrália. Isso elevou o preço.

As vendas de aço atingiram 1,16 milhão de toneladas de abril a junho, uma queda de 12% ante igual intervalo em 2018, com o atraso na recuperação econômica esperada para o período, informou a CSN. No mercado interno houve recuo de 3%, para 771 mil toneladas. A receita de siderurgia foi de 3,66 bilhões, menos 10,6%.

A empresa encerrou o trimestre com alavancagem financeira de 3,65 vezes na relação dívida líquida sobre Ebitda anualizado, com dívida líquida de R\$ 26,64 bilhões.

A empresa projeta atingir Ebitda ajustado de R\$ 8,5 bilhões neste ano. Estimou também produção de minério de ferro em 33 milhões de toneladas e vendas de 40 milhões, com produto de terceiros.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: Luiz Henrique Mendes | De São Paulo**

**Título: JBS investe R\$ 180 milhões em 3ª fábrica de biodiesel**

A JBS anunciou ontem um investimento de R\$ 180 milhões para a construção de uma fábrica de biodiesel em Santa Catarina. Localizada no município de Mafra, a unidade produzirá o biocombustível a partir da gordura de suínos e aves. A Seara, empresa que pertence à JBS, tem sede no oeste catarinense e é uma das principais agroindústrias processadoras de aves e suínos do país.

Atualmente, a JBS tem duas fábricas de biodiesel, localizadas em Lins (SP) e Campo Verde (MT). Essas plantas produzem biodiesel majoritariamente a partir do sebo bovino. Em nota, o presidente da JBS Biodiesel, Alexandre Pereira, afirmou que a nova unidade dobrará a capacidade de produção de biodiesel da empresa.

Segundo Pereira, a nova unidade fará com que a empresa possa produzir mais de 600 milhões de litros por ano. Em 2018, a JBS comercializou 260 milhões de litros de biodiesel. A expectativa da empresa é que a fábrica de Mafra entre em operação em 2021, gerando 100 empregos diretos.

De acordo com a JBS, a localização da unidade é estratégica. A planta ficará a 120 quilômetros da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), que pertence à Petrobras. É lá que o biodiesel deve ser misturado ao diesel.

Os investimentos da JBS na nova fábrica também têm como pano de fundo a implementação do RenovaBio, política de combustíveis renováveis. Pelas regras, os produtores de bioenergia (etanol e biodiesel, por exemplo) poderão emitir certificados de descarbonização (espécie de crédito de carbono) e vender no mercado. As distribuidoras de combustíveis devem ser as principais compradoras finais.

Além disso, a JBS destacou o aumento da mistura de biodiesel na composição do diesel, que passará dos atuais 10% para 15% até 2023.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Chiara Quintão e Camila Maia | De São Paulo**

**Título: Juntos Somos Mais amplia plataforma de vendas**

A Juntos Somos Mais empresa da qual Votorantim Cimentos, Gerdau e Tigre são sócias - lançou, neste mês, sua nova plataforma online de vendas ao varejo. Em 2018, o faturamento da plataforma (marketplace) atingiu R\$ 5,9 bilhões e, nos últimos 12 meses, R\$ 6,7 bilhões. A estimativa é que a receita da Loja Virtual Juntos Somos Mais possa chegar a R\$ 10 bilhões até 2021.

Segundo o presidente da Juntos Somos Mais, Antonio Serrano, a projeção inclui mais adesões ao marketplace. "Nossa expectativa é fechar pelo menos mais cinco contratos neste ano. O foco são as próprias empresas do programa de fidelidade Juntos Somos +, que agora são 18", diz Serrano.

As três sócias da Juntos Somos Mais investiram R\$ 30 milhões na criação da empresa e se comprometeram com aportes de R\$ 50 milhões no acumulado de 2019 e 2020. Sem informar quanto foi destinado ao novo marketplace, Serrano conta que os recursos fazem parte desse total previsto.

Desde 2014, a versão anterior da plataforma era utilizada pela Votorantim Cimentos e, a partir de novembro, com o lançamento da Juntos Somos Mais, a Gerdau passou a vender seus produtos também na loja virtual. A recente

entrada da Tigre ocorreu, concomitantemente, ao início das operações da nova versão da plataforma, que pode comportar número ilimitado de empresas.

Os sistemas e cadastros do Mundo Tigre, programa de relacionamento que a Tigre possuía anteriormente, migraram para a Loja Virtual Juntos Somos Mais. Segundo Otto von Sothen, presidente da fabricante de tubos, conexões, ferramentas para pinturas, metais sanitários, portas e janelas, as vendas da Tigre por meio da nova plataforma poderão corresponder a patamar de 20% a 30% do total após três anos.

"Esperamos uma curva de aprendizado, mas lenta. O cliente precisa saber que essa possibilidade [de compra pelo marketplace] existe", diz Sothen. O executivo ressalta que a plataforma é um complemento para a estratégia de vendas multicanal e que os preços dos produtos serão os mesmos oferecidos pela comercialização por meio da força de vendas da Tigre. Segundo o Sothen, os clientes "valorizam muito a presença física do vendedor", e os negócios pela plataforma deverão ocorrer em situações como compras para reposição e necessidade de fechamento em prazo curto.

A Votorantim Cimentos tem 45% da Juntos Somos Mais Fidelizadora, enquanto Tigre e Gerdau possuem 27,5% cada uma. O programa de fidelidade tem 55 mil lojas de construção cadastradas. Já foram emitidos mais de 1,2 bilhão de pontos desde o lançamento do programa e feitos mais de 350 mil resgates.

A adesão mais recente ao programa de fidelidade foi do Portal Solar, um dos maiores marketplaces de energia solar do país. A meta é atingir um volume de negócios de R\$ 1 bilhão até o fim de 2021, considerando a venda de um sistema a cada três meses em 4 mil a 5 mil lojas do programa. "Temos no portal cerca de 11,5 mil empresas instaladoras de painéis solares. A ideia da parceria é fazer a ponte entre os instaladores e as lojas de materiais de construção", disse Rodolfo Meyer, presidente do Portal Solar.

Segundo Meyer, como o programa é extenso, deve permitir que a rede de instaladores qualificados para geração solar fotovoltaica tenha a capilaridade necessária para atingir um grande volume de negócios. A projeção de R\$ 1 bilhão em negócios usou premissas conservadoras, de acordo com o presidente do Portal Solar. "Nunca, no Brasil, foi feita a venda em lojas. Até então, havia apenas uma rede especializada. Agora, pretendemos promover os equipamentos em lojas de todo o país", afirmou.

Segundo ele, de 20 a 25 novas empresas entram no por dia no segmento de instalação de painéis solares, crescimento expressivo que acompanha os avanços da geração distribuída no Brasil. Nessa categoria de investimento, a energia gerada e não usada imediatamente é injetada na rede, e depois transformada em desconto na conta de luz do consumidor. Como são muitos instaladores, será feita uma triagem das empresas que poderão instalar os sistemas de energia solar dentro do programa de fidelidade.

Meyer acredita que o crescimento da procura por esse tipo de geração de energia ainda tem fôlego para avançar ainda mais. "O preço do equipamento cai de 5% a 15% ao ano", afirmou, completando que, ao mesmo tempo, as tarifas de energia das distribuidoras tendem a avançar. "Com isso o sistema fica mais competitivo a cada ano", disse.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Suplemento - Mercado livre de energia

**Autor:** Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

**Título:** Cenário dinâmico

Quinze anos depois da adoção de um novo modelo de negócios para o setor elétrico, a expansão da oferta de energia tem sido orientada pelo mercado livre, que desde 2015 mudou de patamar, como resultado da Lei 12.783, que ampliou as tarifas do mercado cativo e embutiu o risco hidrológico para esse segmento. Com isso, quase 6 mil empresas ganharam liberdade para escolher de quem compram energia. Há dez anos, não chegavam a 200.

O avanço coincidiu com a recessão econômica e a queda do consumo no mercado regulado. Resultado: o ambiente de livre contratação tornou-se peça chave para a expansão do sistema. Os contratos, que antes se limitavam de três a cinco anos, ficaram mais longos, superando dez anos. O percentual de energia negociado no mercado livre, que ficava em torno de 20% a 30%, também mudou. Em junho, num leilão de energia solar e eólica, 70% do volume contratado foi no ambiente de livre negociação.

No fim de 2018, entrou em vigor a Portaria 514, estabelecendo a redução gradual dos limites de tensão para a migração de consumidores para o mercado livre. Desde 1º de julho, tal barreira foi reduzida de 3 MW para 2,5 MW de carga e, em 1º de janeiro de 2020, esse limite será fixado em 2 MW. Essa foi a primeira mudança de carga em 20 anos da criação do mercado.

Espera-se que, na discussão da modernização do setor, conduzida por um grupo de trabalho criado pelo governo federal, seja examinada a ampliação do mercado livre, que poderia chegar aos consumidores residenciais. Quando foi criado no fim da década de 1990, a ideia era que essa abertura chegasse em 2005, mas o racionamento ocorrido em 2001 alterou os planos.

Tendo visto o nascimento do mercado há 20 anos na superintendência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo Santana, hoje na Electra Energy, aponta que atualmente se discutem contratos que somados podem se converter em 2 GW de energia eólica e solar a serem comercializados no mercado livre em dois a três anos. "O mercado livre fará a expansão, o que pode criar a necessidade de ajustes no formato dos leilões de contratação de energia, cujo motor era o ambiente cativo. E a desverticalização no gás natural, como anunciada pelo governo, poderá estimular a expansão das térmicas no mercado livre", observa Santana.

A maior relevância do ambiente de livre negociação faz com que as geradoras tenham de atuar no mercado associadas a comercializadoras para ofertar lotes customizados. "As geradoras terão de ter empresas com produtos diferentes para atender o mercado livre e os projetos precisarão extrair ainda mais valor para atender esse segmento em que a eficiência é essencial", observa Fabio Zanfelicce, presidente da Votorantim Energia.

O ambiente se tornará mais competitivo ainda com o avanço das grandes petroleiras. A Shell, que atende 3% da demanda de energia do mundo, tem o Brasil como uma de suas prioridades de investimento. A estratégia contempla investimento em fontes renováveis, como eólicas e solares, e gás natural.

Na estratégia de negócios da EDP, uma das primeiras estrangeiras que chegaram com as privatizações no fim da década de 1990, a inovação é central. A ideia é olhar toda a cadeia de valor do setor: geração, transmissão, distribuição, comercialização e serviços. Em cinco anos, a meta é dobrar para 12% da receita total (R\$ 2,7 bilhões em 2018) a parcela ligada à comercialização, gestão e serviços. "A tendência é de abertura maior do mercado livre, que poderá chegar às residências em algum momento", diz o vice-presidente de estratégia, Carlos Andrade.

O empoderamento do consumidor é tendência crescente num momento em que o carro elétrico, as redes inteligentes e a digitalização avançam. A receita no mercado não regulado será essencial para a sobrevivência das concessionárias. "Os serviços e as informações que teremos serão muitos e assim poderemos oferecer um amplo pacote de serviços para o cliente", afirma Nicola Cotugno, presidente da Enel no Brasil. "O mercado livre está amadurecendo", diz o presidente da CTG Brasil, Li Yinsheng. Em 2013, cerca de

30% dos contratos da geradora estavam no mercado privado, hoje esse percentual é de 50%.

Bem-sucedido, o processo de amadurecimento fará o mercado mudar de patamar. "As autoridades brasileiras precisam tomar medidas para que no futuro o setor tenha uma organização mais próxima à do mercado financeiro, incluindo uma clearing house para assegurar as operações dos agentes e mitigar riscos de inadimplência, como ocorre em bolsas de valores", afirma Luiz Barroso, presidente da PSR.

Para isso, será preciso desatar alguns nós. O modelo de sistema de formação de preços tem flutuações de 100% entre uma semana e outra apenas por conta de expectativa de chuvas.

Também será importante reavaliar o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um condomínio para as hidrelétricas, em que os ônus e os bônus (maior ou menor geração em virtude de chuvas ou ocorrências) são compartilhados entre as usinas participantes. O avanço de usinas sem reservatórios e de fontes intermitentes como solar e eólicas e de termelétricas a gás natural mudou a configuração do sistema. "Se isso não for resolvido, dependendo das chuvas, podemos ter problemas anuais que poderiam quebrar empresas", afirma Rafael Gagliardi, do Demarest Advogados.

Outro destaque nos próximos anos no mercado livre é o gás natural, cujas regulações recentes apontam para a desverticalização do modelo. O Rio de Janeiro reduziu recentemente o volume necessário para os consumidores se tornarem livres em gás natural - de 3 milhões de m<sup>3</sup> mensais para 300 mil (no mesmo patamar de São Paulo) - e está trabalhando em normas para que o consumidor livre possa fazer ele próprio o investimento e a desapropriação a fim de se conectar ao gasoduto de transporte. "Temos recebido consultas de agentes de outros Estados interessados em abrir o mercado", afirma Lucas Tristão, secretário de Desenvolvimento Econômico fluminense. O Estado está de olho não apenas em indústrias, mas em térmicas.

O avanço de fontes intermitentes e a construção de usinas a fio d'água têm ampliado a necessidade de energia de base. As térmicas a gás são uma opção. Junte-se a isso o fato de que o pré-sal terá aumento da produção de gás e de que a região Sudeste concentra grande parte do consumo de energia elétrica do país. "No leilão A-6, houve 13 agentes interessados em cadastrar projetos no Estado, o mercado livre tem muito potencial", afirma.

Um exemplo é Marlim Azul, uma termelétrica licitada no leilão A-6 de 2017. A intenção é de que pelo menos 10% da energia seja vendida para o mercado livre. As distribuidoras acreditam que isso pode criar uma judicialização.

Maior geradora privada do país, a Engie pagou US\$ 8,6 bilhões pela malha de gasodutos da Petrobras no Nordeste, de olho nas oportunidades que se abrem com as térmicas ganhando espaço com o avanço de hidrelétricas a fio d'água e fontes intermitentes e a abertura do mercado.

Hoje 85% do gás está voltado para as indústrias e térmicas. Armazenamento de gás é um dos produtos que podem ser criados no médio prazo e o mercado livre de gás pode ganhar espaço. " Pode-se pensar que em 2025 consumidores industriais acima de um determinado patamar tenham liberdade para escolher o fornecedor, o que ocorre com o setor elétrico", diz Emmanuel Delfosse, diretor de gás da Engie.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Suplemento - Mercado livre de energia**

**Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo**

**Título: Novas regras para comercializadoras podem sair em 2020**

A quebra de comercializadoras no início do ano por conta de oscilações no preço da energia e falta de garantias para os contratos, um problema que levou a perdas de mais de R\$ 200 milhões no mercado entre fevereiro e abril, acendeu o sinal amarelo no setor. Nos próximos dias, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lançará audiência pública para discutir como evitar novos problemas.

O tema deverá ficar em consulta pública neste semestre e as novas regras poderão ser adotadas a partir de 2020. O assunto ganhou importância a partir da expansão recente do mercado: com mais de 3 mil empresas ingressando no mercado livre nos últimos quatro anos, mais de 50 comercializadoras abriram as portas nesse período, sendo que a única exigência formal é ter capital social de R\$ 1 milhão. O governo e o mercado buscam evitar novos riscos num momento em que o mercado ganha robustez e complexidade, com o avanço das fontes intermitentes (eólica e solar), que exigirão contratos mais sofisticados.

Depois de problemas financeiros no início do ano com as comercializadoras Vegas e Linkx, com prejuízos de mais de R\$ 200 milhões, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) fez algumas sugestões para aprimorar a segurança nas liquidações do mercado. A primeira se refere à sugestão de aporte semanal de garantias pelas comercializadoras e não mais mensal como ocorre hoje. Em seguida, exigência de maior rigor na adesão dos agentes com requisitos como comprovação da qualificação da equipe técnica da comercializadora e estudo de viabilidade de lastro físico e financeiro. Hoje apenas se verifica o capital social de R\$ 1 milhão, sendo que algumas empresas

abrem sem ter nenhum conhecimento do setor elétrico. Por fim, é recomendada a ampliação dos indicadores de monitoramento, buscando vetar o ingresso de agentes em procedimento de desligamento do mercado ou que não aportaram garantias financeiras no mês anterior da consulta dos dados. Esses tópicos podem ser ponto de partida para a discussão que constará da audiência pública da Aneel sobre o tema.

"A sugestão de aporte semanal poderá evoluir para uma liquidação semanal do contrato negociado. No longo prazo, o anseio é termos um mercado de bolsa", diz Guilherme Pahl, gerente jurídico da CCEE, que firmou parcerias com a B3 e o Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) para compartilhamento de informações e estruturação de sistema de garantias.

Quando o mercado foi pensado, no fim dos anos 1990, planejava-se um mercado de negociação de diferenças milionárias de contratos entre agentes, que estariam em grande parte contratados e cujos volumes negociados seriam baixos. Hoje o mercado livre responde por um terço da carga do país e se negociam cerca de R\$ 2 bilhões por mês, ou seja, exigindo um novo sistema de garantias.

"A formulação de regras exigirá ação conjunta dos agentes e não será a solução de todos os problemas", aponta Mikio Kawai Jr, diretor executivo da Safira. O ponto que mais traz discussões se refere aos aportes semanais. Hoje o sistema mensal. As comercializadoras temem que o processo operacional se torne muito complexo, implique aumento de custos e não evite repetição de problemas como os ocorridos.

"A audiência pública será o caminho para a discussão, mas o monitoramento mais próximo dos agentes como avaliação de capital social, o histórico das atividades e dos sócios é um ponto importante", diz o presidente da Comerc, Christopher Vlavianos. "A Aneel irá lançar essa audiência, que será o ponto de partida" destaca Paulo Toledo, da Ecom Energia.

Pahl, da CCEE, diz que ainda é cedo para dizer que o sistema de aporte semanal de garantias implique aumento de custos. No entanto, a medida pode reduzir riscos. Em fevereiro, por conta do desligamento de apenas um agente, houve um prejuízo de R\$ 10 milhões no mercado de curto prazo.

Outro desafio será ampliar a transparência e a avaliação de risco das comercializadoras, que têm negociado quantidades cada vez maiores de energia. "Algumas relutam em publicar balanços e informar dados", observa Fabio di Lalo, do escritório Souto Correa Advogados.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/07/2019****Seção: Suplemento - Mercado livre de energia****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo****Título: Acesso de indústrias deve demorar 2 anos**

Nos últimos dias, uma série de anúncios do governo federal apontou para a desverticalização do setor de gás natural e indicou a queda do preço do insumo em cerca de 40%. O caminho para destravar o mercado livre, porém, é longo. Desde a edição da Lei do Gás, em 2009, apenas dois consumidores são livres (duas térmicas no Rio de Janeiro, que consomem mais de 3 milhões de m<sup>3</sup> mensais). Especialistas consultados pelo **Valor** estimam que o ingresso do primeiro consumidor industrial livre poderá demorar até 24 meses e depende da resolução de aspectos regulatórios e de eventual judicialização de processos pelas distribuidoras.

A princípio, algumas térmicas próximas a áreas de exploração do pré-sal também devem ganhar espaço no mercado livre, principalmente no Rio de Janeiro, que implementa uma legislação que permite ao consumidor investir na ligação física direta do gasoduto até seu projeto, sem participação da distribuidora.

O movimento de ingresso deverá se concentrar em São Paulo e Rio de Janeiro, os dois principais mercados de gás do país, que indicam que o consumo médio mensal para se tornar livre será de 300 mil m<sup>3</sup> diários. Esse volume abrangeria um universo de cerca de 300 empresas nos dois Estados, segundo estimativas do mercado.

O Termo de Cessação de Compromisso (TCC) assinado pela Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) estipula que a estatal terá de se desfazer de suas participações no carregamento, distribuição, transporte e no Gasoduto Brasil Bolívia (Gasbol). O desinvestimento deve ser concluído até 31 de dezembro de 2021.

"Estimo que em 24 meses possamos ver um consumidor livre industrial, mas isso dependerá de como se dará essa transição. Nesse momento discute-se quem vai viver ou morrer no setor de gás natural", afirma o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Vidro, Lucien Belmonte.

Onze indústrias vidreiras em São Paulo e três no Rio de Janeiro poderiam se tornar livres, tendo consumo acima de 300 mil m<sup>3</sup> mensais, mas persistem dúvidas. Uma delas se refere ao preço do carregamento de gás. "Não há ainda transparência sobre esse ponto", diz Belmonte.

O setor está de olho na chamada pública da TBG, que transporta o gás da Bolívia para o Brasil. O contrato da TBG é de 18 milhões de m<sup>3</sup> por dia, cerca de 7% do volume contratado no mercado, estimado em 260 milhões de m<sup>3</sup> diários. "Essa é uma oportunidade, a Argentina descobriu grandes reservas, então esse gás da Bolívia terá o Brasil como foco", diz.

Para o presidente da Comerc, Cristopher Vlavianos, a migração do primeiro consumidor livre industrial poderá ocorrer em 18 meses, a depender da resolução dos entraves regulatórios ainda pendentes. "Poderemos nesse início ver uma migração de parte da produção de uma empresa para o mercado livre, de uma indústria que esteja com um projeto de expansão", aponta o executivo. No médio prazo, com a expansão da produção do pré-sal o mercado livre deverá ser bastante ampliado.

Do óleo extraído nos campos, deverá vir gás associado, o que pode dobrar a produção do insumo para 250 milhões de m<sup>3</sup> diários em 2030. Associado ao petróleo, o gás deverá ganhar espaço no consumo industrial e do setor elétrico.

O insumo representa menos de 10% da receita de uma petroleira, mas abre oportunidades. O desafio será fazer com que o gás e o mercado livre se expandam além da estratégia atual em que se privilegiam projetos de usinas térmicas a gás natural próximas das áreas de exploração do pré-sal, que coincide com a região de maior consumo de energia elétrica no país.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Suplemento - Mercado livre de energia

**Autor:** Roberto Rockmann | De São Paulo

**Título:** Rio de Janeiro procura expandir adesão setorial

Maior produtor de gás natural do Brasil, com cerca de metade do total, o Rio de Janeiro largou na frente ao lançar uma nova regulação para incentivar o mercado livre. O Estado, que possui os únicos consumidores livres do país - duas térmicas com consumo superior a 3 milhões de m<sup>3</sup> mensais -, pretende atrair mais térmicas e indústrias. "Já temos recebido consultas de outros Estados interessados em abrir o mercado", afirma Lucas Tristão, secretário de Desenvolvimento Econômico fluminense.

O Estado reduziu o volume necessário para se tornar livre - de 3 milhões de m<sup>3</sup> mensais para 300 mil m<sup>3</sup> (no mesmo patamar de São Paulo) - e está trabalhando em uma norma para que o consumidor livre possa fazer ele próprio o investimento e a desapropriação para se conectar ao gasoduto de transporte. "Isso dará flexibilidade ao processo", afirma Tristão.

O Rio está de olho não apenas em indústrias, mas em usinas térmicas. O avanço de fontes intermitentes, como solar e eólica, e a construção de usinas a fio d'água têm ampliado a necessidade energia de base. As térmicas a gás são uma opção.

Junta-se a isso o fato de que o pré-sal terá aumento da produção de gás e de que a região Sudeste concentra grande parte do consumo de energia elétrica do país. "No leilão A-6, houve 13 agentes interessados em cadastrar projetos no Estado, o mercado livre tem muito potencial", afirma Tristão. Ele ressalta que a legislação foi feita a partir de audiência e consulta públicas e está alinhada às regras anunciadas pelo governo federal, que busca desverticalizar o setor e ampliar o mercado livre nos Estados.

A abertura da distribuição no Estado e no país causa preocupação com as distribuidoras, o que pode levar a judicialização. "Adotar medidas que quebrem os contratos de concessão já existentes, de modo não consensual, vai afetar a segurança jurídica. Os contratos de concessão já firmados são instrumentos jurídicos perfeitos. O país não pode voltar a repetir o erro que foi cometido com a MP 579 - medida intervencionista que, sob a boa intenção de estimular a competitividade da indústria brasileira, desestruturou completamente o setor elétrico e cuja conta é paga ainda hoje por milhões de brasileiros", diz Marcelo Mendonça, diretor de Estratégia e Competitividade da Abegás.

Isso não foi diferente do que ocorreu no setor elétrico. Em 1999, quando a Carbocloro decidiu tornar sua unidade de Cubatão, litoral paulista, consumidora livre, a medida também causou polêmica entre as distribuidoras de energia elétrica.

O acordo inédito deixou distribuidoras preocupadas em perder mercado, o que levou agentes a questionarem a decisão na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A liberação do consumidor não foi automática nem pacífica. Instaurou-se um processo de mediação administrativa na Aneel, que, sem obter consenso entre os envolvidos, remeteu a decisão para uma reunião conjunta dos agentes, diretor-ouvidor e o diretor-geral.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Suplemento - Mercado livre de energia

**Autor:** Livia Ferrari | Para o Valor, do Rio

**Título:** BNDES analisa projetos com nova metodologia

O BNDES tem atualmente treze projetos de geração elétrica em análise, com base em nova metodologia de financiamento, que contempla a previsão de

receitas provenientes do mercado livre de energia. São projetos de investimento que totalizam 2,7 gigawatts (GW), sendo 818 megawatts (MW) em eólica e o restante em solar e PCHs (pequenas centrais hidrelétricas). A superintendente de energia do BNDES, Carla Primavera, espera aprovar as primeiras operações com a nova sistemática nos próximos meses.

Desenvolvido pelo banco de fomento, o mecanismo de análise baseia-se em critérios de Preço de Liquidação das Diferenças (PDL), com valor de suporte de R\$ 90,00/MW/hora, que permite estruturar operações de financiamento que levem em conta as características do mercado livre, onde os contratos de venda de eletricidade têm prazos mais curtos, na maioria entre dois e quatro anos.

"Quando percebemos que a expansão da matriz energética se daria principalmente pelo mercado livre, e reconhecendo que os contratos neste ambiente são, em geral, com prazos bem inferiores aos prazos de financiamento, divulgamos um preço de suporte que dá segurança aos investidores" diz Carla, observando que, com o novo modelo, até mesmo um projeto com 100% de energia descontratada, é financiável. "É um conceito de financiamento que concilia as necessidades do cliente, de acordo com a forma de comercialização da energia no projeto", explica.

Lançada no ano passado, a metodologia foi bem recebida no setor. Os leilões no mercado regulado têm sido modestos e os investidores, em sua maioria, vêm adotando estratégias de comercialização de energia combinando ambientes, regulado e livre. "Os investidores fazem ofertas no leilão do regulado, mas oferecem para este mercado apenas uma parcela da energia, e vão buscar viabilidade do projeto muito ancorada na comercialização do livre. O modelo de financiamento acomoda essas situações", diz a superintendente.

Ela entende que, com essa metodologia de análise, o banco cumpre papel de catalisador de investimentos, que transcende unicamente o de financiador, olhando estratégias de negócios, e envolvendo o mercado de capitais na agenda.

Rodrigo Ragazzi, superintendente executivo do Bradesco BBI, reconhece que as instituições financeiras vêm trabalhando com o conceito do PLD. "Os bancos têm aceito essa premissa e, com base nela, se sentem mais confortáveis para dar fiança bancária", afirma ele, observando que o valor do PLD varia de banco a banco, com preço que viabilize a aprovação da operação no comitê de crédito.

Ativo no mercado, o Bradesco BBI já aprovou este ano mais de 1 GW em projetos de energia eólica no ambiente livre, reunindo sete empreendimentos e cerca de R\$ 2 bilhões em fiança bancária a operações com o BNDES e Banco do

Nordeste (BNB). "Trabalhamos para contratar mais um giga em novos projetos ainda este ano."

O mercado livre responde hoje por 30% da energia consumida no Brasil e pode chegar a 45% em até dez anos, prevê Rafael Thomaz, responsável pela área de comercialização do Santander, referindo-se à expectativa de reformas para flexibilizar regras à entrada de clientes de menor porte no mercado livre. "Em paralelo, o índice de liquidez do mercado deverá aumentar", ressalta.

As comercializadoras de energia e o mercado financeiro estão cada vez mais próximos, atraídos por semelhanças de sistemáticas de negociações. Tanto que o Santander criou no mês passado sua própria comercializadora de energia e já fechou as primeiras operações. "Vemos a evolução do setor como um mercado cada vez mais financeiro", diz Thomaz, com base na demanda de clientes que buscam alternativas estruturadas de 'hedge' a exposições no mercado livre de energia.

Mais de 55% da carteira de operações de 'project finance' em infraestrutura do Santander está alocada no setor de energia, calcula Edson Ogawa, responsável pela área no banco. Na geração, predominam projetos em eólica, seguidos por hidrelétrica e solar.

Paulo Dantas, sócio do escritório Castro Barros Advogados, experiente em projetos de infraestrutura, acredita que o BNDES continuará preponderante nos financiamentos de longo prazo do setor. Ela observa, contudo, que as debêntures de infraestrutura têm grande espaço para crescer, assim como os fundos de investimento.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Suplemento - Mercado livre de energia**

**Autor: Domingos Zapparoli | Para o Valor, de São Paulo**

**Título: Biomassa da cana ganha fôlego com RenovaBio**

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), que entrará em vigor em janeiro, e uma portaria publicada em junho pelo **Ministério de Minas e Energia**, permitindo que usinas de açúcar e álcool emitam debêntures incentivadas para captar recursos para o financiamento de seus investimentos, têm o potencial de ampliar em quase 60%, até 2030, a geração elétrica obtida com a biomassa resultante da moagem da cana-de-açúcar, saindo de 21,5 mil GWh gerados em 2018 para 34 mil GWh.

A estimativa é de Zilmar José de Souza, gerente de bioeletricidade da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), e considera que as medidas

governamentais vão destravar investimentos e proporcionar um aumento da produção de etanol dos atuais 31 bilhões de litros anuais para 49 bilhões de litros em 2030, disponibilizando mais biomassa - bagaço e palha - para a geração de energia.

O setor sucroalcooleiro soma 369 usinas, das quais 200 comercializam eletricidade no Sistema Integrado Nacional (SIN). No ano passado, 69% da geração foi comercializada no mercado livre de energia e 31% foram destinados ao ambiente regulado.

Os 21,5 mil GWh gerados pelo setor em 2018 abasteceram um consumo equivalente ao de 11,4 milhões de residências. O resultado foi obtido com o aproveitamento de apenas 15% da biomassa presente nos canaviais. Segundo cálculos da Unica, o aproveitamento pleno da biomassa teria potencial para gerar 142 mil GWh. "Essa geração não ocorre por falta de estímulos adequados", afirma.

Um problema é a falta de um modelo de contratação no mercado regulado que diferencie a biomassa, uma fonte renovável, da oferta oriunda de fontes fósseis, como carvão e gás natural, que possuem mais escala e competitividade. Outra reivindicação é a revisão da metodologia de cálculo da garantia física, que determina o volume máximo que uma geradora pode comercializar. Os limites atuais são considerados baixos e uma revisão pode elevar em 20% a geração das usinas.

Os incentivos governamentais também devem estimular os usineiros a investirem na geração de eletricidade a partir do biogás, obtido com o aproveitamento da vinhaça, resíduo da destilação da cana rico em metano.

"Há um claro interesse das usinas em produzir biogás, só não o fazem por falta de capacidade de investir", afirma Newton Duarte, presidente da Associação da Indústria de Cogeração de Energia (Cogen). "O biogás tem o potencial de adicionar 1,3 GW na capacidade de geração elétrica do setor sucroalcooleiro", diz.

Um dos projetos pioneiros em biogás é da Raízen, com uma unidade que está sendo construída em Guariba (SP). "Nossa expectativa é gerar 138 mil MWh e entrar em operação antes de 2022", diz Antônio Simões, diretor executivo de energia da companhia.

A Raízen é uma das principais produtoras de bioeletricidade do país, com geração de 1 GW em biomassa. Em junho a empresa inaugurou uma unidade de energia solar fotovoltaica em Piracicaba (SP), com capacidade de 1,3 MWp. A

Raízen vende 66% da energia que gera, destinando a maior parcela ao ambiente regulado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Suplemento - Mercado livre de energia

**Autor:** Jacilio Saraiva | Para o Valor, de São Paulo

**Título:** Portabilidade residencial pode resultar em preços mais baixos

O consumidor doméstico pode escolher a fornecedora de energia que desejar. É o que promete o projeto de lei 1.917/2015, em tramitação no Congresso Nacional, que propõe a portabilidade para todos os usuários de energia elétrica, até 2022. De acordo com especialistas, a mudança pode resultar em preços mais competitivos e estimular a inovação no mercado.

Pesquisa do Ibope Inteligência, encomendada pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), indica que a quantidade de usuários que gostaria de escolher a própria fornecedora, caso a lei entrasse em vigor, passou de 66%, em 2014, para 69%, no ano passado. O preço aparece como o principal motivo da decisão de troca, com 67% de participação, seguido da qualidade do serviço (17%) e o desejo de utilizar fontes limpas de geração (12%).

"A liberalização do mercado pode trazer benefícios para o usuário, como a adoção de uma precificação mais precisa e de equipamentos de medição inteligentes", diz Richard Lee Hochstetler, diretor de estudos econômicos e regulatórios do Instituto Acende Brasil, que faz análises sobre o setor elétrico.

Apresentado em 2015 por seis deputados de quatro partidos (PRB, PSDB, SD e PT), o projeto de lei foi desarquivado em fevereiro. Em julho, foi requerida a criação de uma nova comissão especial para analisar o tema. "Uma vez aprovado pela comissão, será encaminhado ao Senado", explica Hochstetler. O processo deve acontecer ao longo deste semestre.

Reginaldo Medeiros, presidente executivo da Abraceel, diz que a novidade criará condições para a queda do preço da energia, puxada pela maior competição no varejo. "O mundo passa por uma revolução tecnológica na área e o Brasil precisa se inserir nesse contexto."

A facilidade também deve acelerar a disseminação de fontes limpas, segundo Medeiros. Com o poder de escolha, o consumidor decidirá se compra energia eólica, solar ou biomassa. "Além disso, seria estimulada a geração distribuída, ou seja, o usuário seria incentivado a produzir energia, gerada na sua própria residência."

A abertura total do mercado livre pode propiciar uma redução de R\$ 12 bilhões, ao ano, na conta de luz de 82 milhões de consumidores, diz. "Se a abertura fosse feita somente para o setor produtivo, a economia já seria de R\$ 7 bilhões."

Para azeitar a adesão ao projeto de lei 1.917 e mostrar os benefícios desse novo cenário, a Abraceel organiza reuniões com tomadores de decisão, apresenta estudos e realiza seminários sobre o tema. Também criou uma cartilha, distribuída aos deputados, que explica os principais pontos da legislação.

Carlos Bacchan Netto, sócio-diretor da comercializadora de energia Focus, diz que a livre escolha do fornecedor pode impactar ainda na customização dos contratos de compra de energia e melhorar o serviço prestado. "A mudança aumentará a concorrência", explica.

A empresa paulistana atua em três frentes no mercado livre: compra e venda de energia, gestão de contratos entre vendedores e consumidores, além de soluções financeiras para os clientes. Faturou R\$ 2,3 bilhões nos últimos 12 meses e investe na aquisição de geradoras. Em 2017, comprou duas pequenas centrais hidrelétricas, com capacidade total de 5,6 MW, o suficiente para abastecer até dois shopping centers, segundo Bacchan.

Marcos Aurélio Madureira, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), destaca que é preciso tomar algumas precauções antes da abertura do mercado, como campanhas de conscientização para a população, o aprimoramento da infraestrutura de medição e a implantação de redes inteligentes. A entidade reúne 41 concessionárias, estatais e privadas, como a CPFL Paulista e a Enel, responsáveis pelo fornecimento a 99,6% dos consumidores brasileiros. "Um ponto que merece mais detalhamento na proposta é como garantir a confiabilidade do suprimento de energia, independentemente do ambiente de comercialização ser regulado ou livre", diz.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Suplemento - Mercado livre de energia**

**Autor: Paulo Vasconcellos | Para o Valor, de São Paulo**

**Título: Empresas aguardam decisão sobre GSF**

Um dos maiores problemas para os operadores do setor elétrico atende por uma sigla de três letras: GSF. Ela representa o "Generation Scaling Factor", que mede a razão entre a energia produzida pelo conjunto das usinas geradoras do país e as garantias físicas criadas pelo Mecanismo de Realocação de Energia

para assegurar que, quando uma delas produz menos, outra compensa e o abastecimento do mercado consumidor não é afetado.

Criado em uma das reformulações do setor energético nos anos 90, o sistema de rateio de riscos funcionou bem até que, a partir de 2012, veio a estiagem. A mudança da matriz do setor elétrico, com a incorporação da energia térmica e eólica, também é apontada como uma das causas do desequilíbrio. O GSF, que servia de garantia ao risco de um déficit de até 5% na produção energética, começou a dar problema quando a geração de algumas unidades caiu para 85% do que elas haviam se comprometido a entregar ao mercado.

A falta de água nos reservatórios desde o início da crise hidrológica é apontada como responsável por 92% do problema. Outros 5% são explicados pela contratação de energia de reserva. A conta fecha com os 3% da geração de usinas térmicas acionadas para compensar as deficiências do sistema provocadas pelo atraso na implantação das linhas de transmissão de grandes usinas, como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio.

As usinas com déficit de produção tiveram que comprar a energia que não conseguiam mais gerar por um preço maior de outras fontes. O resultado foi um rombo que hoje soma R\$ 7 bilhões e que acabou sendo levado para a arbitragem da Justiça.

A solução do imbróglio é um projeto de lei do Senado que estabelece uma compensação aos geradores de energia. Em troca do que perderam ou do que teriam que pagar, as usinas terão um aumento do prazo de concessão. Em média, as operadoras recuperam o prejuízo com dois anos a dois anos e meio a mais na prestação do serviço.

O projeto de lei ainda tem que voltar à votação do Senado porque sofreu modificação ao ser aprovado na Câmara dos Deputados, no fim de junho, mas a expectativa do setor energético é positiva. Mesmo com a prioridade à Reforma da Previdência, espera-se que seja votado até o fim do ano.

O fim da pendência judicial é considerado um avanço. "A desjudicialização do mercado de curto prazo é essencial para a modernização do setor elétrico", diz Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel). "Com a ampliação do prazo de concessão, as operadoras recuperam R\$ 7 bilhões represados em suas contabilidades", afirma Rui Altieri, presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que atua como operadora da comercialização de energia no mercado brasileiro.

Para os consumidores há dúvidas. "O projeto de lei resolve o passivo dos geradores, mas cria situações de risco no futuro porque foram introduzidos na Câmara dos Deputados dispositivos de ressarcimento às usinas no caso de risco hidrológico que embutem aumento de custo ao grande consumidor", diz Carlos Alberto Schoeps, da Replace Consultoria, que presta assessoria a 150 empresas.

O projeto resolve o passado, o futuro está mais ou menos equacionado, mas persistem problemas estruturais que ainda ameaçam o setor. Um deles é o excesso de oferta. O setor estimava, em 2014, aumento da demanda de energia de 17% até 2018, mas o consumo só cresceu 2% no período por conta da crise econômica.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Suplemento - Mercado livre de energia**

**Autor: Carlos Vasconcellos | Para o Valor, do Rio**

**Título: Contratos mais longos favorecem a oferta**

A demanda por contratos mais longos, com a compra de energia até 2023, vem crescendo no país. O objetivo é fugir da volatilidade de preços e garantir o fornecimento. "Os clientes querem evitar situações como o boom de preços que aconteceu no começo de 2019", diz Juliana Hornink, coordenadora de negócios da Safira Energia.

Para Juliana, o sistema de energia no Brasil passa por um momento de robustez que favorece o crescimento do mercado livre. "Os reservatórios entraram no período seco com um nível muito mais alto do que no ano passado", explica. "E a região Nordeste ajuda a equilibrar a demanda com uma boa oferta de energia solar e eólica."

Com isso, a tendência é de preços mais baixos no mercado futuro e o momento é favorável para a compra de energia. A consolidação desse cenário, no entanto, dependerá do clima. Embora tenha caído de 85% nos anos 1990 para 63%, a participação da geração hidrelétrica na matriz energética do país ainda é alta, e por isso o clima continua a ter um papel importante na determinação dos preços.

Em função do período seco, o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), usado para liquidar toda energia não contratada entre os agentes, deve aumentar nos próximos meses. Na última semana de julho, o preço ficou entre R\$ 183,92 e R\$ 188,01. "Esperamos um patamar variando entre R\$ 170 e R\$ 200 até o final do ano, quando deve começar a recuar em função do período de chuvas", diz Jean Franco, diretor da Smart Energia, consultoria do setor energético.

Meteorologistas apontam que o fenômeno El Niño deve perder a força, o que deve reduzir o impacto sobre o regime de chuvas. Para o ano que vem, de acordo com a Somar Meteorologia, as previsões de chuva estão dentro da média no Sudeste, com chuvas mais intensas e frequentes no Centro e no Norte do país. No Sul, as chuvas podem ser na média, porém a tendência é de que sejam mais irregulares.

Desse modo, o cenário é atraente para quem deseja comprar energia no mercado livre. "Os preços da energia para o começo de 2020 estão de 15% a 20% mais baixos no mercado livre do que no mercado cativo", explica Franco. O consultor acrescenta que as bandeiras tarifárias devem ser reajustadas em 50%, o que pode aumentar o impacto das variações climáticas para os clientes cativos.

Juliana, por sua vez, observa que as projeções meteorológicas de longo prazo têm menos precisão, e que a consolidação desse quadro dependerá do que realmente acontecerá no fim do ano, quando começa o período de chuvas na maior parte do país. "Pode haver até mesmo uma janela de oportunidade melhor mais à frente", diz. "Uma entrada forte no começo de 2020 seria importante para manter a robustez do sistema elétrico."

Em relação ao mercado cativo, Juliana aponta para um momento de equilíbrio na demanda. "No último leilão de energia A-4 da Aneel, a demanda das distribuidoras foi pequena, e as próprias distribuidoras começam a vender excedentes no mercado livre", diz.

Enquanto isso, os consumidores cativos começam a ter um alívio na conta de energia, em função do acordo entre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e os bancos para antecipar a quitação da chamada Conta-ACR. Segundo a Aneel, essa medida vai retirar R\$ 8,4 bilhões das tarifas de energia elétrica até 2020 e permitir atenuar os reajustes das tarifas em 3,7% neste ano e 1,2% em 2020. "Vemos um reflexo dessa retirada em alguns reajustes de distribuidoras, que poderiam chegar a 10% e foram de 7%", diz Juliana.

A Conta-ACR foi criada para repassar recursos para cobrir os custos das distribuidoras com a exposição involuntária no mercado de curto prazo e com o despacho de termelétricas entre fevereiro e dezembro de 2014. Para lastrear a conta, a CCEE foi autorizada a contratar operações de crédito com os bancos, ressarcidas pelos consumidores a partir de novembro de 2015, mediante recolhimento de encargo na tarifa de energia elétrica até abril de 2020.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/07/2019****Seção: Suplemento - Mercado livre de energia****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo****Título: Data para implementar o PLD horário pode ser adiada de novo**

Em 31 de julho, o governo vai decidir se a partir de janeiro de 2020 será implementado o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) em base horária. As mais recentes indicações são de que, mais uma vez, sua adoção será postergada, o que mostra a resistência de alguns agentes à novidade e a dificuldade de se incorporar alterações regulatórias que reflitam a mudança da matriz.

A questão é discutida há pelo menos dez anos, mas ganhou força com o lançamento da Consulta Pública (CP) nº 33, lançada pelo governo Temer em julho de 2017. Desde então, Empresa de Pesquisas Energéticas, Operador Nacional do Sistema, Aneel e agentes discutem sua adoção.

O PLD, referência para contratos de compra e venda de energia no mercado livre, é o preço calculado da energia liquidada no mercado de curto prazo de energia elétrica e atualmente é calculado em base semanal. Com o avanço de fontes intermitentes, como eólicas e solares, adotar o mecanismo propicia maior precisão aos preços. No Nordeste, a geração de energia eólica é maior de madrugada, com ventos mais fortes, enquanto boa parte do consumo se dá à tarde ou à noite. O sistema propicia maior aderência entre preço e operação, permitindo que o fato de uma turbina sair de operação ou retornar de forma antecipada seja capturado no mecanismo de precificação.

"Os preços horários são essenciais para termos sinais econômicos melhores. É fundamental que entrem o mais rápido possível, obviamente com responsabilidade. O que está em jogo é mais transparência para a operação e mercado e oportunidades para novos produtos e serviços", afirma o presidente da PSR, Luiz Barroso. "Talvez o mercado tenha subestimado implementação real em 2020, não sei. Os agentes estão inseguros também, pois obviamente há impactos. Só que a grande verdade é que ninguém sabe o tamanho dos impactos pois simulações prospectivas não estão sendo realizadas", complementa Barroso, principal formulador das medidas que constam da consulta pública 33, lançada em 2017 e que trata da modernização do setor elétrico.

"A sensação é de que iremos discutir esse assunto mais um ano", destaca o presidente da Comerc, Cristopher Vlavianos. A adoção do sistema deverá

estimular comercializadoras a criar novos produtos e serviços diante das oscilações, além de permitir que investidores possam diversificar seu portfólio.

Outro benefício é que o mecanismo possibilita valorizar mais a geração que ocorre na hora que o sistema mais precisa, destaca Barroso. "Podemos ver a criação de produtos mais sofisticados com a adoção do PLD horário, o sistema começará a ganhar complexidade com a diversificação da matriz", diz Paulo Toledo, da Ecom Energia.

O mecanismo traz riscos e exige nova gestão. As usinas eólicas produzem energia durante a noite, quando os ventos são mais favoráveis e o preço da energia é baixo em função da pouca demanda da carga. Porém, durante o dia, quando o preço da energia atinge seu pico no começo da tarde por conta da alta demanda e da temperatura, os parques eólicos não têm muita capacidade de produção. Em um cenário de PLD horário, com aportes de garantias e liquidações financeiras diárias, isso pode provocar uma exposição financeira grande no mercado de curto prazo para os geradores eólicos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Suplemento - Mercado livre de energia

**Autor:** Gleise de Castro | Para o Valor, de São Paulo

**Título:** Fundos dão suporte a estratégias comerciais

Com a perspectiva de expansão do mercado livre, especialmente a partir da abertura esperada para a próxima década, que deve incluir consumidores residenciais, os principais grupos de energia montam estratégias diversas para disputar uma nova onda de consumidores livres. O movimento deve começar a ganhar impulso com a redução, em vigor desde julho, dos patamares de tensão exigidos para participação nesse mercado -- de 3 MW para 2,5 MW, até dezembro, e para 2 MW, a partir de janeiro de 2020.

"O potencial é enorme, dado o tamanho do mercado consumidor, com um consumo per capita abaixo da média mundial e a expectativa de crescimento da economia", diz Frederico Saliba, presidente da Shell Energy Brasil, comercializadora de energia do grupo Shell, criada em 2017.

Saliba afirma que a Shell não só defende como promove a abertura do mercado até a ponta do consumidor final. Até o momento, a empresa já fechou no Brasil quase mil operações de entrega imediata e futura, com perto de 700 MW médios entregues e compromisso futuro de 600 MW médios. "Nosso objetivo é nos tornarmos uma das líderes na comercialização até 2025", diz o executivo.

Responsável hoje por suprir 3% da demanda mundial de eletricidade, a Shell pretende se tornar líder mundial até 2030, investindo também em energias renováveis e gás natural. No Brasil, em sociedade com Pátria Investimentos e Mitsubishi Hitachi Power Systems (MHPS), o grupo destinou US\$ 700 milhões à construção de uma termelétrica a gás em Macaé (RJ). Com capacidade instalada de 565 megawatts, a usina Marlim Azul deve entrar em operação em 2022, com gás natural do pré-sal, produzido pela Shell.

A Delta Energia optou por um modelo de captação de recursos por meio de fundos de investimento para aplicação em operações de compra e venda no mercado livre. Foram criados dois fundos e duas comercializadoras pertencentes a esses fundos. Lançado em 2017, em parceria com o Credit Suisse Hedging-Griffo (CSHG) e com prazo fixado em cinco anos, o fundo CSHG Delta Energia captou R\$ 1 bilhão, utilizado para transações da comercializadora Beta Energia. A Beta opera tanto com operações de trading tradicional quanto na modalidade de pré-pagamento, em que paga antecipadamente ao fornecedor, mediante desconto.

No caso do BCPS Delta Energia Fundo Multimercado, constituído pelo aporte único de R\$ 800 milhões de um investidor estrangeiro, os recursos serão aplicados pela comercializadora Zeta Energia, lançada no início de julho, para operar apenas como trading de energia, até 2032.

Para reunir esses fundos e outros que deverão ser criados, a empresa lançou uma gestora de recursos, a Delta Energia Asset Management (Deam), cuja meta é atingir cerca de R\$ 5 bilhões sob sua administração em até cinco anos. "A Delta vai criando uma série de filhotinhos para atrair recursos do mercado de capitais e investir no mercado de energia, o que dá maior segurança e liquidez para o próprio mercado", diz João Carlos Guimarães, presidente da Beta Energia. Para ele, não se discute mais se o mercado vai ou não abrir, mas sim qual o cronograma da abertura. "Acreditamos que isso agora vai andar e que teremos a abertura plena na década de 2020", afirma o executivo.

No caso da Neoenergia, a estratégia para participar do mercado livre é replicar no Brasil o modelo que sua controladora, a espanhola Iberdrola, adota no México, com o atendimento de clientes privados por meio de investimentos em novas usinas.

A empresa está trazendo uma equipe do México para ajudar na implantação do modelo no Brasil, conforme disse, em maio, o presidente do conselho de administração da empresa, Ignacio Galán. A empresa, que reúne as distribuidoras Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP), vai investir R\$ 30 bilhões no país em cinco anos, em todos os segmentos em que atua. A

Neoenergia aposta ainda na geração de energia renovável, principalmente eólica.

"A abertura de mercado é um movimento global e de grande importância para a indústria de energia como um todo, com potencial para melhorar a competitividade da indústria nacional", diz Carlos Baccan, sócio-diretor da comercializadora Focus Energia, que opera no mercado livre, na gestão de energia e operações estruturadas e também com geração.

A empresa se prepara para atender o mercado de varejo. Já tem licença para atuar como comercializadora varejista e está expandindo a geração própria. Entre suas metas estão crescimento anual de 30% na base de clientes, implantação de projetos de geração para o mercado livre e geração distribuída.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Suplemento - Mercado livre de energia**

**Autor: Sergio Adeodato | Para o Valor, de São Paulo**

**Título: Eólicas avançam com novos canais de comercialização**

A expectativa por menores custos, riscos de operação mais baixos e ganhos de mercado na transição energética imposta pelas mudanças climáticas está turbinando a migração de grandes consumidores para o mercado livre de energia, em benefício das fontes renováveis. O movimento fora do ambiente regulado está abrindo janelas de negócios com equipamentos eólicos que tinham estacionado na crise econômica, após 2015, quando leilões promovidos pelo governo para contratar projetos de geração arrefeceram.

As mudanças na dinâmica de preços e a pulverização da base de clientes por meio de novos arranjos de comercialização de energia dão ânimo a investimentos em eólica, apesar da lenta retomada do Produto Interno Bruto (PIB). "Com a recuperação da economia já teremos como atender de imediato ao aumento do consumo energético", afirma Rogério Zampronha, presidente da Vestas no Brasil.

A fabricante dinamarquesa de máquinas eólicas, dona de 22% do mercado global, com 103 GW, acelerou as operações no Brasil nos últimos três anos. Desde outubro fechou vendas locais que representam 2 GW, atendidos pela nova e potente turbina V-150 em parques que estão sendo construídos visando a comercialização da energia principalmente no mercado livre. Para Lucas Araripe, diretor de novos negócios da Casa dos Ventos, o desafio é viabilizar soluções comerciais de longo prazo contra a volatilidade dos preços, além de

investimentos em modelos de sociedade com grandes consumidores para autoprodução.

Entre 2016 e 2018, a empresa vendeu os cinco complexos eólicos que operava no país para redirecionar o capital ao mercado livre e agora está construindo dois parques, no total de 600 MW, incorporando a nova tecnologia de turbinas. Em Campo Formoso (BA), com investimento de R\$ 750 milhões e previsão de início no segundo semestre de 2020, o negócio se destina a operar três anos no mercado livre e fornecer energia à mineradora Vale em contrato de 20 anos. Já nos municípios de Bento Fernandes, Caiçara do Rio do Vento, Riachuelo e Ruy Barbosa (RN), o aporte de R\$ 2,4 bilhões mira basicamente consumidores livres por meio de soluções comerciais de menor risco.

"Os ventos vão suprir a demanda da retomada econômica pós-recessão, visto que o país já praticamente esgotou as fontes hidrelétricas", diz Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica). Ela lembra que o setor cresceu no ambiente do mercado regulado, com 80% de nacionalização de equipamentos, via leilões promovidos pelo governo há dez anos, levando à atual capacidade instalada de 15,4 GW, contra 1,5 GW em 2011.

Em 2015, no entanto, a contratação de apenas 1 GW de eólica no leilão - diante de uma média de 2,4 GW nos anos anteriores - acendeu o alerta. "No cenário ruim do PIB, as distribuidoras se viram incapazes de projetar o consumo no longo prazo e a queda dos preços da eólica levou clientes para o mercado livre", diz a executiva.

"A questão agora é mitigar riscos e identificar oportunidades com as novas regulações previstas para 2020, que devem interferir na formação de preços no curto prazo", ressalta Fábio Zanfalice, presidente da Votorantim Energia. Uma estratégia, segundo ele, é o investimento em parques híbridos, com produção eólica à noite e solar durante o dia. A companhia tem 564 MW no Piauí e Pernambuco, com 90% produção já vendida no mercado regulado, e está aportando R\$ 1,5 bilhão em mais 400 MW na área, para atender ao mercado livre e a autoprodução.

"Diante dos preços atraentes, a aposta tem sido antecipar a entrada em operação das usinas eólicas de olho em receitas adicionais com a venda no mercado livre no período entre o início da produção e o começo do fornecimento da energia contratada em leilão", revela Daniel Fleury, superintendente de novos negócios da CPFL Renováveis. A empresa vendeu 69,3 MW do Complexo Eólico Gameleira (RN), no leilão de 2018, e desse total 70% foram no mercado livre.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/07/2019****Seção: Suplemento - Mercado livre de energia****Autor: Sergio Adeodato | De São Paulo****Título: Petroleiras podem viabilizar as operações offshore**

O futuro da produção de energia dos ventos pode estar no mar. A chegada de grandes petroleiras para a exploração do pré-sal traz junto know-how em operações offshore e alta capacidade de investimento que podem dar escala à alternativa eólica como frente de negócios. "O Brasil reúne condições vantajosas nessa corrida, porque já tem uma cadeia produtiva consolidada com engenharia e fabricantes de equipamentos para produção de petróleo e gás no oceano", diz Segen Estefen, coordenador do Laboratório de Tecnologia Submarina da Coppe/UFRJ.

"A transição no país se torna muito mais fácil também em razão do amadurecimento do mercado e da tecnologia de produção eólica onshore, com turbinas de grande porte de 8 MW, na perspectiva de chegar a 12 MW", explica o pesquisador. Além de alcançar produção de energia até 40% maior do que em solo, em área marítima a operação das torres está livre de restrições como a disponibilidade de terra e a necessidade de estradas, mas ainda enfrenta a barreira do custo, cerca de cinco vezes maior que o do modelo convencional.

"Precisamos avançar no mapeamento dos melhores ventos e tornar a tecnologia competitiva para produção eólica em águas de até 80 metros de profundidade", diz Estefen. Além de abastecer indústrias, a nova energia poderá mover bombas submarinas na operação de poços de petróleo no fundo do mar, com maior segurança e autonomia.

Estruturas eólicas flutuantes já estão sendo operadas comercialmente na Europa pela norueguesa de petróleo Equinor, que em 2018 assinou parceria com a Petrobras para estudos iniciais visando projetos nessa linha no Brasil. O plano da empresa brasileira é instalar até 2022 a primeira planta eólica do país em alto-mar, no polo de Guamaré (RN), como uma estratégia de maior presença na economia de baixo carbono. Além do potencial offshore de 140 GW (dez vezes a atual capacidade eólica instalada no país), o litoral do Rio Grande do Norte e Ceará tem vasta área de águas rasas, condição que facilita o uso de estruturas de produção mais simples.

No mundo, os parques com torres marítimas são vistos como uma evolução natural do mercado de eólica, que está na vanguarda da transição energética e deverá atingir 2,7 mil GW até 2040, segundo a Bloomberg New Energy Finance.

De acordo com o The Global Wind Energy Council, o segmento offshore cresceu em média 21% ao ano desde 2013, somando hoje 23 GW de capacidade instalada, com previsão de atingir 200 GW até 2030, em especial devido a novos projetos na China. Em 2018, o custo de investimento da geração offshore caiu 24% em comparação a 2013, no mundo.

No Brasil, o apetite de expansão eólica no mar difere em relação ao resto do mundo, porque é alto o potencial dos inventários de ventos em área continental ainda não explorado. Em terra, o fator nacional de produtividade é de 43% - superior à média global, em torno de 25%. Além disso, o país possui uma das tarifas de energia renovável mais baixas do planeta: US\$ 30 a US\$ 40/MWh.

"Estudos mostram elevado potencial offshore no Nordeste, perto da costa com águas rasas e velocidade do vento superior à verificada em terra", afirma Eduardo Angelo, diretor de desenvolvimento de novos negócios da Siemens Gamesa Brasil. No Sudeste, a produção eólica no mar seria adequada para atender a alta demanda da concentração populacional e centros industriais. "No entanto, o país tem outras peculiaridades que devem ser levadas em consideração, como o requisito de que boa parte dos equipamentos seja fabricada localmente", avalia.

A empresa tem 12 GW instalados no mar com 3,1 mil turbinas - no Reino Unido (5,2 GW) e Alemanha (4,2 GW). Entre os principais emergentes está Taiwan, com 8 MW instalados e pedidos confirmados de 120 MW.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Suplemento - Mercado livre de energia**

**Autor: Andrea Vialli | Para o Valor, de São Paulo**

**Título: Solar ainda depende de competitividade**

A rápida expansão da energia solar no Brasil, que em julho alcançou 3.023 MW em potência instalada, vem ocorrendo majoritariamente graças a projetos de geração centralizada. Neles, a maior parte da energia é negociada em leilões organizados pelo governo federal. A comercialização da energia solar no mercado livre ainda é pequena, mas tem perspectivas favoráveis de crescimento.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), do total de potência instalada, 2.103,2 MW já estão alocados em projetos do mercado cativo, e os 919,8 MW restantes são projetos de micro e mini geração distribuída. Há ainda um volume de 1.800 MW que já foram contratados e estarão entrando em operação ao longo dos próximos anos. "A maior parte desse volume será

comercializada no mercado regulado, mas uma fração de pelo menos 160 MW deverá ser destinada ao mercado livre", diz Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Absolar.

A participação da energia solar no mercado livre tenderá a crescer no médio e longo prazo por causa do aumento da competitividade da fonte e com as mudanças previstas no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que determina os preços de energia no curto prazo. Atualmente, o país adota a formação do PLD semanal, mas a entrada em vigor dos preços horários, prevista para janeiro de 2020, deverá beneficiar as fontes intermitentes como solar e eólica.

As simulações atuais de preços horários apontam que a fonte solar fotovoltaica oferta a maior parte de sua geração nos horários de maior demanda diurna. "A tendência é de que os preços horários sejam mais altos, e a solar tende a se beneficiar no período de ponta entre 14h e 16h", diz Josué Ferreira, consultor de negócios da Safira Energia, comercializadora com um portfólio de 700 MW, de fontes variadas. Ele estima que das usinas de geração fotovoltaica em implementação no Brasil, uma fatia de 36% será destinada à comercialização no mercado livre. "O momento é de um 'boom' da solar, em razão também da queda dos custos de geração. Em 2014 o preço do megawatt da solar oscilava em torno de R\$ 400, hoje está abaixo de R\$ 100, valor inimaginável há cinco anos", diz Ferreira.

Empreendedores já começam a olhar com entusiasmo para a geração solar destinada ao mercado livre, embora ainda seja difícil estimar com precisão a fatia exata que será voltada para esse ambiente de comercialização. É o caso da Enel Green Power Brasil, divisão de negócios de energia renovável do grupo Enel, que tem capacidade instalada de 2.400 MW no país, entre eólica, solar e hídrica. Outros 1.900 MW de projetos eólicos e solares estão em execução, o que inclui o parque solar São Gonçalo, de 475 MW, no município de São Gonçalo do Gurgueia (PI), um investimento de R\$ 1,4 bilhão. "No Piauí, uma parcela importante do projeto será destinada ao mercado livre", diz Roberta Bonomi, responsável pela Enel Green.

A Electra Energy, que atua como comercializadora de energia e também tem participação em projetos de geração de energia renovável, está investindo em uma usina solar com capacidade para gerar até 296 MW em Gilbués (PI). O empreendimento será implantado em módulos de 30 MW, com início da construção do primeiro módulo previsto para 2020 e um investimento de R\$ 120 milhões. "Temos clientes que buscam adquirir especificamente a energia solar, por ser fonte de menor impacto ambiental e custos em queda acentuada", diz Claudio Alves, diretor presidente da Electra.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 31/07/2019****Seção: Suplemento - Mercado livre de energia****Autor: Chico Santos | Para o Valor, do Rio****Título: Uso de baterias deve ganhar importância**

Assim como as fontes renováveis eólica e solar começaram timidamente no Brasil há cerca de uma década e explodiram nos últimos cinco anos, especialistas avaliam que nos próximos cinco o uso de baterias para armazenamento de energia em grande escala com vários objetivos - como otimizar a produção de centrais geradoras, estabilizar a carga em momentos de pico de consumo ou baratear a conta nesses horários -, ganhará impulso semelhante.

Várias empresas investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) no segmento no Brasil e há investimento no exterior que pode resultar em transferência de tecnologia para o mercado doméstico.

Internamente, a primeira iniciativa a ganhar destaque foi da AES Tietê, com a instalação de uma bateria de 161 kilowatts (kW) para armazenar energia nos horários de baixa demanda (geralmente madrugada) na hidrelétrica de Bariri, no rio Tietê (SP), que tem potência de 143,1 megawatts (MW).

O investimento inicial foi de R\$ 5,4 milhões e, segundo o engenheiro Rennyio Kunizo Nakabayashi, especialista em armazenamento da AES Tietê, o projeto foi concebido em 2015, sendo o primeiro a ser implantado em uma usina de grande porte no país.

De acordo com o técnico, o projeto foi mantido em funcionamento por um ano e neste semestre inicia uma segunda fase, com a transferência da bateria para o centro de operações onde será pesquisado seu funcionamento em um sistema instalado com o objetivo de atender a ponta da carga.

Nakabayashi explica que na geração a energia armazenada em bateria nos horários de baixa demanda é colocada à disposição do Sistema Interligado Nacional (SIN) para uso nos horários de maior demanda. Já na carga, a energia é estocada na ponta de distribuição para suprir os consumidores em horários de pico, quando ela, vendida no mercado livre, é mais cara.

Há ainda a possibilidade de uso do sistema por um grande consumidor que queira armazenar parte da sua demanda contratada para usar em momento de maior consumo sem precisar recorrer ao mercado livre ou a geradores diesel. O especialista da AES Tietê avalia que atualmente existe no Brasil cerca de 2 MW

de capacidade de armazenamento instalada, quase nada em relação aos 10 mil MW instalados no mundo.

Para estimular as pesquisas na área, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lançou em 2016 a Chamada 21, estimulando as empresas do setor a investirem P&D de armazenamento. Em março de 2017 a agência, por intermédio do Despacho 864, autorizou 23 projetos de P&D que tiveram 48 meses para serem executados.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Internacional

**Autor:** Anne Warth / BRASÍLIA

**Título:** Brasil receberá paraguaios para falar sobre Itaipu

No encontro entre representantes das chancelarias dos dois países, que deve ocorrer amanhã, governo cobrará cumprimento do acordo

O governo brasileiro aceitará o pedido de reunião feito pelos paraguaios para tratar de Itaipu. O encontro será realizado em Brasília, provavelmente amanhã, com representantes da chancelaria dos dois países, entre eles o vice-chanceler do Paraguai, Antonio Riva Palacios. A decisão foi tomada ontem de manhã pelo presidente Jair Bolsonaro, que recebeu os ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e o diretor-geral da usina, general Silva e Luna, segundo apurou o Broadcast.

Ainda que tenha aceitado realizar a reunião, o governo brasileiro vai cobrar o cumprimento das tratativas fechadas com o Paraguai sobre a contratação da potência da usina de Itaipu. Assinada em 24 de maio por integrantes dos ministérios de Relações Exteriores de ambos os países, a ata visa, segundo o governo brasileiro, resolver o desequilíbrio praticado há anos pelo lado paraguaio, que tem aproveitado a energia excedente, mais barata, para atrair indústrias e investimentos. Há dois meses, o Brasil aguardava que o Paraguai regulamentasse a proposta e, em razão da sensibilidade do tema, tratava o assunto com reserva.

O lado brasileiro negociou na ata um reequilíbrio gradual, para ser cumprido até 2022, para evitar um tarifaço nas contas paraguaias. Pela proposta acertada entre os dois países, o Paraguai se comprometeria a adquirir, neste ano, uma potência 9,6% maior do que a de 2019, e um nível 12% maior nos anos de 2020, 2021 e 2022.

O Tratado de Itaipu embute um subsídio para a energia do Paraguai que é paga pelos consumidores brasileiros, diz o presidente da Associação Brasileira de

Grandes Consumidores (Abrace), Paulo Pedrosa. "É como se a conta de luz dos brasileiros tivesse um "encargo de política externa". Existe um subsídio pago por nós ao Paraguai e isso precisa ser dito", disse Pedrosa, ao Broadcast.

Para Pedrosa, essa situação gera um paradoxo, em que o Brasil perde investimentos justamente por ter uma tarifa cara. "Em um momento em que o Brasil não cresce e a indústria não investe, o Paraguai cresce 6% ao ano, incluindo investimentos dos empresários brasileiros que migram para o país vizinho para aproveitar a energia barata", acrescentou.

Em 2018, os paraguaios pagaram, em média, US\$ 24 por megawatt- hora (MWh), enquanto os brasileiros despenderam US\$ 38 por MWh, em média – considerando energia associada a potência, que é mais cara, e a energia adicional ou excedente, que é bem mais barata, pois exclui o custo do financiamento da usina. Isso significou R\$ 1,6 bilhão a mais para a conta do consumidor brasileiro no ano passado.

Pedrosa, que hoje representa a indústria eletrointensiva, foi secretário executivo do Ministério de Minas e Energia durante o governo Michel Temer. Até maio deste ano, ele também foi membro do Conselho de Administração de Itaipu.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Bárbara Nascimento Monique Heemann

**Título:** Acordo sobre açúcar pode sair neste ano

Encontro entre secretário americano e equipe econômica deve abordar ainda aquisição de etanol pelos EUA, em troca compra de trigo pelo Brasil

A visita do secretário de Comércio americano, Wilbur Ross, ao Brasil nesta semana deve acelerar as conversas sobre um incremento no comércio entre os dois países. Hoje, Ross será recebido pelo presidente Jair Bolsonaro e pela equipe econômica. Um dos assuntos na pauta, segundo fonte do governo, é o aumento, por parte dos americanos, das aquisições de açúcar e **etanol** brasileiros. Em troca, o Brasil incrementaria as compras de trigo. A ideia é tentar anunciar o acordo em outubro, durante o Brasil Investment Forum.

O objetivo é aprofundar a conversa de forma, primeiro, a garantir que acordos já vigentes sobre o assunto com Estados americanos, mas que não estão sendo aplicados, sejam efetivamente implementados. "Mas vamos ter conversas sobre aumento de volume e cronograma", disse a fonte.

Ontem, em encontro com empresários na Amcham (Câmara Americana de Comércio), Ross recebeu uma lista de propostas para melhorar a relação comercial entre os dois países. Entre elas está um acordo de livre-comércio gradual – inicialmente sem a discussão de tarifas –, um entendimento para colocar fim à dupla tributação de lucros, dividendos e royalties e um acordo de investimentos.

Os empresários – a Amcham representa cerca de 5 mil empresas – pedem proteção adicional aos fluxos de investimentos entre os dois países. Além disso, querem a participação do Brasil no programa Global Entry, que oferece facilidades para a entrada de executivos nos EUA.

Na lista estão ainda medidas de facilitação de comércio para reduzir burocracias, custos e prazos no comércio bilateral. "Tais ações poderiam incluir desde entregas de curto prazo, como o reconhecimento mútuo entre Operadores Econômicos Autorizados (OEA) para agilizar trâmites aduaneiros entre os dois países, até a negociação de regras comuns, com ênfase em temas como a compatibilidade de sistemas de comércio exterior", diz o documento.

Há também propostas de cooperação regulatória, sobretudo em relação aos produtos com maior valor agregado; a negociação de regras comuns sobre barreiras não tarifárias; e a conversão do projeto piloto sobre análise acelerada de patentes em acordo permanente. A Amcham também pede continuidade do apoio americano à admissão do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). E uma agenda bilateral em temas como comércio, investimento, defesa, segurança, energia, agronegócio e infraestrutura.

Digital. Outro assunto que deve ser tratado na reunião entre o governo brasileiro e Ross é um possível acordo sobre comércio digital de serviços. Na lista, estão desde games até venda de projetos de arquitetura e design entre os países, por exemplo.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Opinião

**Autor:** Paulo Paiva

**Título:** O renascer do Rio Doce

O Brasil não é castigado por desastres naturais. Não há incidência de terremotos, que, na região, se concentram ao longo da costa do Oceano Pacífico, nem está na rota dos grandes furacões, como os que atingem o Caribe, a América do Norte e a costa leste da Ásia.

No entanto, sofre com desastres decorrentes da ação humana com impactos ambientais, humanos e socioeconômicos devastadores, como foi o rompimento da barragem do Fundão, no município de Mariana, que jogou cerca de 40 milhões de m<sup>3</sup> de lama tóxica no leito do Rio Doce, atingindo todos seus 670 km, das nascentes em Minas Gerais à foz no Espírito Santo, ceifando 19 vidas; deixando centenas de pessoas desabrigadas; destruindo três comunidades inteiras; contaminando a água para o consumo humano; afetando as atividades econômicas, como a pesca; e transformando a rotina de vida em todas as cidades na calha do rio, causando desespero e dor.

Para dar maior eficácia às ações de reparação dos danos e evitar sua judicialização, firmou-se, em 2016, um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta entre a União, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as empresas responsáveis, Samarco e suas controladoras Vale e BHP Billiton. O plano estabeleceu 42 programas de recuperação e compensação e, para executá-los, incluídas as indenizações, criou a Fundação Renova.

Foi, assim, concebido um modelo inovador de governança democrática, com ampla participação de todos os stakeholders, públicos e privados, inclusive dos atingidos, para facilitar as negociações, conciliar interesses conflitantes e executar as ações em ambiente de alta complexidade e comoção. A singularidade dessa governança é também seu grande desafio. Como harmonizar esse complexo processo de tomada de decisão com a eficiência exigida pela execução das ações reparatórias?

Para enfrentar esse desafio, após se reunirem recentemente com a direção da Renova e representantes da Justiça Federal e dos Ministérios Públicos Federal e dos dois Estados, os governadores de Minas Gerais e do Espírito Santo decidiram dar novo impulso à estratégia de ações, conjugando as iniciativas de seus planos plurianuais com os 42 programas, em execução pela Renova, em uma agenda integrada de desenvolvimento sustentável e inclusivo da Bacia do Rio Doce.

Os objetivos dessa agenda integrada são recuperar as condições ambientais do rio e garantir o bem-estar das pessoas que vivem e viverão no vale do Rio Doce. Nasce um novo tempo. O alicerce do plano, que se conecta com todos os programas, é a educação, somando-se os esforços da Renova ao dos Estados e municípios para melhorar sua qualidade, tendo como metas ganhos nos índices de aprendizagem e a disseminação do ensino de consciência da responsabilidade ambiental.

Na área ambiental, os objetivos do plano são o uso sustentável da terra e a segurança hídrica para garantir a quantidade e a qualidade da água, associando programas de reflorestamento e preservação ambiental com a produção

agrícola, e de saneamento e tratamentos do lixo e da água, com a manutenção de monitoramento permanente do rio.

Na área socioeconômica, os objetivos são a reconstrução da economia local em bases modernas de gestão e inovação visando a ganhos de produtividade e a inclusão com fortalecimento da cidadania e do apoio à melhoria da gestão pública municipal. Ademais, esses programas têm potencial para mobilizar capital social e financeiro, público e privado, na recuperação do progresso no vale do Rio Doce.

A perda de vidas e do ambiente sociocultural e a dor são irreparáveis. Resta, pois, fazer a justiça possível, mobilizando os esforços de todos para realizar as ações reparatórias e compensatórias e acelerar as indenizações, oferecendo como legados o modelo de governança compartilhada e o plano de desenvolvimento sustentável e inclusivo do Rio Doce.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Metrópole

**Autor:** Marco Antônio Carvalho

**Título:** Atraso na entrega de presídio agrava a superlotação de cadeia onde morreram 58

Está atrasada em quase três anos a entrega do Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu, no sudoeste do Pará, pela empresa Norte Energia, construtora e operadora da Usina Hidrelétrica Belo Monte. As obras são de um conjunto de cadeias nas imediações de Altamira, onde um massacre na segunda-feira deixou 58 mortos – o número de vítimas subiu ontem, após outro corpo ser achado. A unidade é parte das contrapartidas pelo impacto causado pela usina. Após os assassinatos, o governo do Estado e a empresa definiram ontem que a inauguração do complexo deve ocorrer em 60 dias.

A estrutura orçada em R\$ 29 milhões é vista pelas autoridades como o caminho mais rápido para desafogar o problemático Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRALT), onde aconteceu o massacre. Em setembro, o CRRALT já havia passado por uma rebelião em que oito detentos foram mortos e parte da estrutura local foi destruída. A Superintendência do Sistema Penitenciário reconhece que a cadeia era feita de contêineres com alvenaria. O limite de vagas é de 163, mas no local estavam detidas 343 pessoas.

Segundo o Ministério Público (MP) do Estado, os reparos devidos não aconteceram após as mortes de 2018 e o novo motim dificulta ainda mais o cumprimento adequado da pena e a segurança de detentos e agentes. A

unidade em Altamira já havia sido alvo de uma ação civil pública em 2012, em razão das condições precárias. Na época, a Justiça decidiu vetar a entrada de presos de outras comarcas e ordenou a transferência de quem estava lá nessas condições.

O MP cobra desde 2017 a conclusão da obra em Vitória do Xingu e instaurou um inquérito civil para apurar as causas do atraso. As obras iniciadas em 2013 chegaram a ficar paradas em 2016. No fim do ano seguinte, houve a promessa de retomada com a reabertura de processos de licitação. Oficialmente, a Norte Energia não detalha as razões para o atraso. "Obviamente que, dada a complexidade dos projetos e programas característicos da região amazônica, muitas vezes no andamento de obras se impõem condições diferentes daquelas previstas inicialmente. Todavia, é afastada qualquer hipótese de não cumprimento das obrigações da Norte Energia", disse a empresa em nota pública.

Ao Estado, ressaltou que vem "mantendo entendimentos com o governo sobre a conclusão das obras" e destacou que o valor do presídio é parte dos R\$ 125 milhões investidos pela empresa em ações de apoio à segurança pública na região. A Norte Energia diz que o que falta agora é a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do complexo.

Prisão-modelo. Os 9 mil metros quadrados da estrutura são corriqueiramente classificados pelo governo do Estado como "o maior projeto em execução no sistema penitenciário do Pará". A Norte Energia diz que o presídio terá capacidade para 506 internos em regime fechado, sendo 306 vagas para homens e 200 vagas para mulheres, além de outras 200 destinadas ao regime semiaberto. No espaço, eram previstos também uma sala de informática, biblioteca, módulo de saúde, módulo de atendimento jurídico e berçário.

Integrante do Laboratório de Gestão de Políticas Penais da Universidade de Brasília (UnB), Maria Palma Wolff afirma que quem se beneficia, em regra, dos problemas do sistema carcerário são as facções. "Não há no País uma política pública que remeta à efetivação dos direitos previstos na Lei de Execução Penal. A superpopulação não é um problema só do ponto de vista de vagas, mas também dos serviços de equipes técnicas. Isso leva à degradação extremamente significativa, abrindo espaço para a atuação das organizações paralelas", diz. "Historicamente, o sistema jurídico-penal não está organizado para dar conta do cumprimento de direitos de toda a população. A liberdade deve ser limitada em alguns casos, mas a pessoa deve continuar a ser vista como cidadão."

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Data:** 31/07/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Daniela Lima**Título:** Hermano

## Painel

O Itamaraty vai tentar reabrir negociação com os paraguaios em tomo de Itaipu. O Brasil propôs corrigir defasagem que vê no contrato de fornecimento de Energia, mas a população daquele país reagiu classificando o trato como "entreguista". A chancelaria, agora, avalia fazer concessões.

com Julia Chaib e Guilherme Seto

**VEÍCULO:** O Globo**Data:** 31/07/2019**Seção:** Economia**Autor:** BRUNO ROSA**Título:** Presidente de Furnas defende privatização da empresa

Executivo justifica mudança de sede da companhia com redução de custos

O presidente de Furnas, Luiz Carlos Ciochi, defendeu a privatização das empresas do setor elétrico no país. Em sua opinião, o Estado não precisa ter o controle do capital das empresas no setor. O executivo lembrou ainda que Furnas, uma subsidiária da Eletrobras e dona de 21 usinas hidrelétricas, vai se desfazer de empresas (Sociedades de Propósito Específicos, as SPEs) que não estão dando retorno financeiro.

— Mesmo considerando o caráter estratégico do setor elétrico e as dimensões continentais do país, não vejo o motivo de o Estado ter que ser o controlador no capital. Ele pode ser o controlador por meio de mecanismos de voto e veto. Funciona bem em vários negócios — disse Ciochi, que está há três meses no comando da empresa.

— Hoje, com o mecanismo dos leilões, as questões estratégicas e de controle já estão mapeadas. No caso de uma necessidade identificada que não atraiu interessados em leilão, entra o papel do Estado, que, sem precisar ter uma empresa, pode licitar ou fazer uma PPP (parceria público privado).

Para aumentar a receita da companhia, Furnas vem implementando uma série de iniciativas para reduzir os custos, como a venda de parte das 24 SPEs, avaliou

o executivo: — É importante olhar principalmente para as SPEs, revendo quais são as participações que não estão dando o retorno desejado e avaliar novas oportunidades. Algumas são estratégicas e dão retorno. Nesse caso, queremos manter ou ampliar nossa participação. As demais, que não se encaixam neste perfil, serão vendidas.

#### GASTO MENOR COM ALUGUEL

A companhia vai investir R\$ 1,4 bilhão em geração e transmissão de energia em 2020. Segundo Ciocchi, o objetivo é ampliar investimentos na geração de energia eólica e solar. É o mesmo patamar de investimento deste ano.

— Ano que vem, Furnas manterá o total de investimento a ser executado este ano, mas ampliará o investimento corporativo e investirá menos em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) — destacou Ciocchi.

Segundo o presidente de Furnas, a decisão de mudar a sede da companhia, de Botafogo para o Centro do Rio, foi motivada pela política de racionalização de custos e despesas da empresa.

— Isso resultará na redução de mais de 50% dos gastos com aluguel e serviços. Atualmente 1.500 colaboradores trabalham na sede. Resistência à mudança sempre existe — destacou ele.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: O País**

**Autor: JUSSARA SOARES BRASÍLIA**

**Título: O presidente do jeito que ele é**

Após evento, enquanto subia a rampa interna do Palácio do Planalto, Bolsonaro decide receber O GLOBO em seu gabinete, diz que, mesmo após acúmulo de ataques, não vai mudar seu jeito de ser e promete pequenas "Serras Peladas" Brasil afora

O presidente Jair Bolsonaro tem um recado claro: ele não vai mudar. A repercussão negativa, e até críticas de aliados, a suas declarações nos últimos dias, com ataques a governadores do Nordeste e contestação de dados históricos da ditadura militar, estão longe de fazê-lo repensar o próprio comportamento. Em conversa exclusiva com O GLOBO, Bolsonaro confirma que continuará falando à parcela da população mais conservadora e à direita, a primeira a aderir à sua candidatura.

— Sou assim mesmo. Não tem estratégia. Se eu estivesse preocupado com 2022 não dava essas declarações — afirmou Bolsonaro, ao ser questionado se as falas recentes são planejadas ou fruto de uma incontinência verbal resultado de impulsividade.

O presidente recebeu a reportagem em seu gabinete no terceiro andar no Palácio do Planalto após cerimônia que lançou um amplo processo de flexibilização da segurança e saúde do Trabalho. Depois de uma curta entrevista coletiva com jornalistas, Bolsonaro estava subindo a rampa, que liga o Salão Nobre ao seu gabinete, quando foi abordado pela reportagem, que pediu uma conversa com ele. Imediatamente, sem ouvir seus auxiliares da área de comunicação, pediu que os seguranças liberassem a repórter para acompanhá-lo.

## OS PLANOS DO GARIMPO

A conversa não pôde ser gravada. Na entrada do gabinete, os celulares tiveram que ficar guardados com a segurança. Entretanto, Bolsonaro, que havia dito que não daria entrevista, emprestou a própria caneta Bic. Assim, suas declarações poderiam ser anotadas corretamente.

Como o encontro não estava previsto, a conversa, que durou 15 minutos, foi interrompida três vezes pelo ajudante de ordens para lembrar que existiam outros dois compromissos à espera. Bolsonaro, mesmo com o alerta, deixou a conversa fluir e falou de vários assuntos, mesmo os incômodos. Afirmou que a imprensa o persegue, mas que não se importa mais.

— O dia que não apanho da imprensa eu até estranho —disse, rindo.

Hiperativo, Bolsonaro revelou que acorda antes das 4h e começa disparar WhatsApp a ministros e assessores. Alguns deles, contou, ganharam direito a toques especiais no celular: os quatro ajudantes de ordens têm um alerta diferente para que ele possa atender imediatamente no segundo toque.

Na defesa da exploração de áreas de garimpo pelo país, disse ter encomendado estudo ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, para criar "pequenas Serras Peladas" Brasil afora, que poderiam ser exploradas tanto por grupos estrangeiros como por povos indígenas.

— Mas a fiscalização seria pesada. E índio também poderia explorar —promete.

Ao ser questionado a respeito de suas declarações sobre Fernando Santa Cruz, pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Bolsonaro voltou a se justificar, dizendo que a entidade atuou para que não se chegasse aos "mandantes da sua tentativa de assassinato". Ele insiste que a quebra de sigilo

telefônico de um advogado de Adélio Bispo de Oliveira daria um novo rumo à história. A medida não foi adotada por um recurso da Ordem. Bolsonaro disse que não recorreu da decisão da Justiça, que classificou seu agressor como inimputável porque, ao ser enquadrado como portador de Transtorno Delirante Persistente, Adélio estará agora em "prisão perpétua"..

— Porque eu ganharia (sobre o motivo de não ter recorrido). Ele responderia por tentativa de homicídio. No máximo em dois anos estaria na rua. Agora, pela insanidade mental, é prisão perpétua.

Bolsonaro esquivou-se novamente de comentários aprofundados sobre o massacre no presídio de Altamira, no Pará, onde 58 detentos morreram, dos quais 16 foram decapitados, a maior carnificina em presídios desde o registrado no Carandiru em 2001. Ele justificou que queria evitar "polêmica".

— Já disse pela manhã na porta do Alvorada. Você estava lá? Pergunte às vítimas dos facínoras. Pergunte para eles o que acham, não vou criar polêmica — respondeu, confirmado com seus auxiliares o número total de vítimas.

O presidente disse que está conversando com grupos estrangeiros para transformar a Bacia de Angra dos Reis, onde tem uma casa e chegou a ser multado no passado por pesca ilegal, no que ele vem chamando de "Cancún brasileira". Segundo ele, empresários estão dispostos a investir "bilhões" que gerariam empregos na região.

— Não vou dizer (quais são esses grupos). São conglomerados de países —disse, sinalizando, em seguida, que investidores de Emirados Árabes, Japão e Israel já teriam demonstrado interesse.

O desempenho no exterior de Eduardo Bolsonaro, seu filho e deputado federal, é o assunto que mais o deixa, visivelmente, satisfeito. Para o presidente, cabe ao senadores decidirem se aprovavam Eduardo como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, mas ele está certo que o elogio feito ontem pelo presidente americano, Donald Trump, o ajudará a conquistar os votos.

— A decisão é do Senado. Acho que a declaração do Trump hoje ajuda — disse.

Bolsonaro confirmou que está em franca aproximação com o presidente da Bolívia, Evo Morales, assim como foi visto durante a Cúpula do Mercosul, em Santa Fé, na Argentina, há duas semanas. No encontro, disse que o mandatário boliviano sorriu para ele, o que não tinha acontecido nem mesmo quando esteve em sua posse em janeiro. Disse ainda que os dois países buscam aproximação e que Morales demonstrou interesse em comprar um avião KC-390 da Embraer.

## QUEM MANDA

Questionado se a mudança de Morales não é um caráter pragmático do político, que se adapta de acordo com as circunstâncias, Bolsonaro defendeu o boliviano.

— Não. Como eu disse hoje, todo mundo evolui —disse Bolsonaro, que usou Morales como exemplo para defender a sua tese contra as reservas indígenas — Se na Bolívia um índio pode ser presidente, por que aqui tem que ficar confinado em uma uma área?

Nos quase 15 minutos de conversa, Bolsonaro deixou claro que quem manda é ele. Bolsonaro tem uma agenda hoje de manhã em Anápolis. A reportagem questionou, então, se ele pararia, como já vez em outra ocasião, para almoçar com caminhoneiros em uma rodovia. Um assessor disse que não, mas o presidente o interrompeu:

— Não está previsto, mas, se tiver algo, eu aviso e muda na hora—justificou, confirmando que ele dá trabalho à equipe que cuida da segurança presidencial subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Bolsonaro encerrou a conversa quando os participantes da próxima reunião, incluindo o ministro Jorge Oliveira, entraram no gabinete.

Secretário de Comunicação, Fábio Wajngarten, pediu que fosse feita uma foto da conversa.

— Não precisa. Não vou constrangê-la — disse o presidente.

A repórter devolveu a caneta Bic.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Mundo**

**Autor: JANAINA FIGUEIREDO**

**Título: Custo Itaipu**

Acerto secreto com Brasil ameaça levar presidente do Paraguai a impeachment

A revelação de parte de um ex-diretor da Ande (a Eletrobras paraguaia) dos termos da ata diplomática assinada por autoridades dos dois países em maio, em Brasília, modificando aspectos da administração compartilhada da hidrelétrica de Itaipu desencadeou verdadeira tsunami política em Assunção.

O presidente Mario Abdo Benítez ficou à beira de um pedido de impeachment e foi obrigado a afastar quatro altos funcionários, entre eles o chanceler Luis Castiglioni, senador colorado mais votado nas eleições de 2018. Segundo analistas locais ouvidos pelo GLOBO, a crise tornou o atual governo o mais fraco desde 2003.

Instalou-se a sensação de que o documento negociado em Brasília, já rechaçado pelo Senado do país, foi um acordo secreto altamente prejudicial para os interesses do Paraguai. Ontem, o advogado Tadeo Ávalos apresentou uma denúncia à procuradora-geral do Estado, Sandra Quinónez, acusando Castiglioni; o ex-embaixador do Paraguai no Brasil, Hugo Saguier Caballero; o ex-diretor da Ande Alcides Jiménez, e o ex-diretor paraguaio de Itaipu José Alderete, de traição à Pátria.

Os pontos mais questionados pelos paraguaios se referem a limitações que seriam impostas ao país sobre seu direito de solicitar energia produzida por Itaipu e a redução da chamada "energia excedente" que seria entregue ao Paraguai. Desde 2007, o país tem preferência para receber esse tipo de energia, a preços baixíssimos.

#### FOCO NO EXCEDENTE

As denúncias públicas feitas por Pedro Ferreira, ex-presidente da Ande que ontem foi ao Parlamento reforçar suas acusações ao governo de Benítez, acentuaram a crise e aumentaram as dúvidas sobre como o chefe de Estado conseguirá acalmar os ânimos. Benítez, do Partido Colorado, foi eleito por margem estreita de votos e não controla o Parlamento, onde enfrenta a oposição de liberais, partidos de esquerda e, atualmente, também de amplas alas do próprio partido.

Segundo informações que circularam na imprensa local, correligionários do presidente teriam apoiado o pedido de impeachment, suspenso temporariamente após a decisão de Benítez de afastar os quatro altos funcionários que assinaram a ata de Brasília.

— Esta crise é consequência de erros graves cometidos pelo governo e da incapacidade dos técnicos de chegarem a um acordo que acabou ficando, pela primeira vez desde a criação de Itaipu, em mãos da Chancelaria — afirmou ao GLOBO Alejandro Evreinoff, do Instituto de Altos Estudos Estratégicos (IAEE) e assessor de Coordenação de Itaipu.

Segundo ele, "o ponto mais sensível refere-se à energia excedente, que permite ao Paraguai baixar os custos operacionais de suas empresas e se desenvolver".

— Finalmente, estamos igual ou pior que em outubro do ano passado, quando os técnicos começaram a negociar os termos para 2019. Essa ata não tem validade e acabou sendo usada para tentar desestabilizar o governo — apontou o especialista.

Itaipu é uma questão extremamente sensível para o Paraguai, já que fornece 90% da energia elétrica consumida pelo país. Com menos de um ano de gestão, sem poder exibir grandes êxitos e às voltas com o impacto da recessão argentina e a desaceleração da economia brasileira, Benítez cometeu um erro que já lhe custou caro. No discurso anual ao Congresso, no começo de julho, o presidente ignorou a ata de Brasília e agora é acusado de secretismo e traição. O governo brasileiro considera válido o documento e espera seu cumprimento.

— No Paraguai, a política pode ser vertiginosa, e erros como este podem ter consequências graves — afirmou o ex-chanceler Ruben Melgarejo Lanzoni, espécie de assessor externo do presidente.

Num país que elege seus presidentes em apenas um turno, Benítez venceu as eleições por pouco e é pressionado por um Congresso que mostrou rápida capacidade de articulação. O chefe de Estado reagiu rápido, mas analistas como José Tomás Sánchez se perguntam como esta crise afetou o governista e dividido Partido Colorado.

— Existe a sensação de que este governo nunca começou e, agora, a incógnita sobre a guerra colorada — frisou Sánchez.

### SENSAÇÃO DE ESPOLIAÇÃO

Desde que a crise veio à tona, uma pesquisa sobre a hidrelétrica e a relação entre Brasil e Paraguai desde 1973 realizada pelo Centro para a Democracia, a Criatividade e a Inclusão Social viralizou nas redes sociais.

O trabalho, coordenado por Miguel Carter, tem números que só aumentaram a irritação social. A pesquisa de Carter diz que entre 1985 e 2018 o Paraguai deixou de ganhar US\$ 75,4 bilhões por vender a energia que não consome ao Brasil, a preços abaixo dos valores de mercado. O trabalho mostra, ainda, que em todos esses anos de funcionamento da hidrelétrica o Paraguai usou 7,6% da energia produzida.

— Há um amplo consenso no país de que o tratado e esta última negociação foram amplamente desfavoráveis aos paraguaios — afirmou Carter.

Em Assunção, o documento selado em Brasília é chamado de "ata secreta da traição", e mesmo que nada do que foi negociado tenha saído do papel, sua

divulgação debilitou um governo que já era vulnerável e que muitos se perguntam como se sustentará por mais três anos.

(Colaboraram Manoel Ventura e Eliane Oliveira, de Brasília)

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Ancelmo Gois

**Título:** Ponto para Castello Branco

A Petrobras assinou ontem o patrocínio para duas temporadas do Teatro Municipal do Rio. Serão repassados R\$ 3 milhões no total do contrato. Além do Municipal, a estatal presidida por Roberto Castello Branco patrocina atualmente no Rio, na área cultural, o Museu de Arte Moderna e a Sala Cecília Meirelles.

**VEÍCULO:** O Globo

**Data:** 31/07/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Miriam Leitão Com Alvaro Gribele Marcelo Loureiro (interinos)

**Título:** FÚRIA PARAGUAIA

A reação do Paraguai a um acordo que equilibra a divisão da energia de Itaipu é o primeiro ato de uma discussão bem maior. Ministros de lá e o embaixador em Brasília caíram. Ontem, no Congresso paraguaio, um dirigente acusou o Brasil de "extorsão financeira" para conseguir o acordo e pediu a sua anulação. Os novos termos seriam "alta traição" à soberania do país vizinho. Até os bispos católicos entraram no debate. Os paraguaios contrataram especialistas estrangeiros para endurecer as negociações com o Brasil. O tratado tem que ser revisto até 2023, quando todos os empréstimos da obra serão quitados.

## O TETO É BAIXO

Para Erminio Lucci, CEO da BCG Liquidez, somente em dois anos o PIB brasileiro voltará a crescer acima de 2%. E ainda assim após a aprovação das reformas da Previdência e tributária. Se chegar a 3%, ele enxerga outros problemas: o risco de apagão de mão de obra qualificada e de energia elétrica.

A colunista está de férias.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 31/07/2019****Seção: Sociedade****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Governo bloqueia mais R\$ 348 milhões da Educação**

No ano, contingenciamento na pasta, motivo de protestos em maio, chega a R\$ 6,1 bilhões; corte é o maior do orçamento federal

BRASÍLIA- O governo decidiu bloquear mais R\$ 348 milhões do orçamento do Ministério da Educação (MEC). O montante faz parte de um contingenciamento maior, de R\$ 1,442 bilhão, referente ao terceiro bimestre deste ano. O detalhamento do corte foi divulgado na noite de ontem pelo Ministério da Economia.

Ao todo, a Educação tem bloqueados R\$ 6,1 bilhões neste ano, maior corte em toda a Esplanada dos Ministérios. No total, o orçamento federal está bloqueado em R\$ 33,4 bilhões.

O bloqueio de recursos foi feito porque os técnicos revisaram para baixo a previsão de crescimento da economia, de 1,6% para 0,8%. Esta é a terceira vez que o governo reavalia a trajetória das despesas para cumprir a meta de resultado das contas públicas. Neste ano, o rombo não pode passar de R\$ 139 bilhões.

No terceiro bimestre, o Ministério da Cidadania foi o que mais teve recursos bloqueados, R\$ 619 milhões. No ano, a pasta já perdeu R\$ 1,3 bilhão.

O Ministério da Defesa é o segundo na lista dos que mais têm recursos contingenciados no ano, com R\$ 5.8 bilhões. Na sequência, estão Economia (R\$ 4,4 bilhões) **Minas e Energia (R\$ 3.8 bilhões)**; e Desenvolvimento Regional (R\$ 3,1 bilhões), responsável pelo Minha Casa, Minha Vida.

Os cortes na pasta mais afetada, a da Educação, já provocaram protestos contra o presidente Jair Bolsonaro. O maior deles aconteceu em 15 de maio, quando estudantes, professores e profissionais da educação participaram, em mais de 200 cidades nos 26 estados do país e no Distrito Federal, de atos contra o bloqueio de verbas anunciado pelo governo semanas antes.

As polícias militares dos estados não estimaram o total de manifestantes. A UNE, uma das organizadoras do ato nacional, estimou em 1,5 milhão o número de pessoas nas ruas.

Pouco depois disso, o governo recuou e recompôs parte do orçamento do MEC que havia sido contingenciado, devolvendo R\$ 1,6 bilhão à pasta. O contingenciamento total das verbas discricionárias (para despesas não obrigatórias) da Educação havia sido de R\$ 7,4 bilhões.

Em junho, seis ex-ministros da Educação divulgaram nota conjunta em que dizem que a gestão do presidente Jair Bolsonaro vê o setor como uma "ameaça". Eles criticam os cortes na área e manifestam preocupação com as políticas adotadas pelo governo federal.

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 31/07/2019**

**Seção: Economia**

**Autor: ELIANE OLIVEIRA, GUSTAVO MAIA, MANOEL VENTURA E ANA LETÍCIA LEÃO**

**Título: Trump quer negociar**

Americano faz elogios a Bolsonaro e filho

WASHINGTON, BRASÍLIA E SÃO PAULO- O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que deseja um acordo comercial com o Brasil e elogiou Jair Bolsonaro, que disse ser "um grande cavalheiro" com quem tem um "relacionamento fantástico". Com relação à indicação de Eduardo Bolsonaro para a embaixada brasileira em Washington, Trump disse não ver nepotismo, acrescentando que Eduardo é "fantástico, um grande jovem". O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, considerou as declarações de Trump um sinal de que o presidente americano vê de forma positiva a indicação de Eduardo para o posto.

— Tenho um ótimo relacionamento com o Brasil. Tenho um relacionamento fantástico com o presidente. Ele é um grande cavalheiro. Acho que ele está fazendo um ótimo trabalho — disse Trump.

— Vamos trabalhar em um acordo de livre comércio com o Brasil. O Brasil é um grande parceiro comercial.

No sábado, Bolsonaro havia afirmado que o propósito de nomear Eduardo embaixador nos EUA era buscar parcerias para explorar minério em terras indígenas: — Por isso, eu quero uma pessoa de confiança minha na embaixada dos EUA — afirmou.

— Quero contato rápido e imediato com o presidente americano.

Os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, perdendo apenas para a

China. Mas, enquanto os chineses compram basicamente produtos agropecuários e minérios, os americanos são grande consumidores de manufaturados brasileiros, como aviões, turbinas e peças para aeronaves, gasolina, máquinas e equipamentos do Brasil.

A balança comercial no primeiro semestre com os EUA foi favorável ao Brasil em quase US\$ 1 bilhão, com exportações de US\$ 14,7 bilhões e importações de US\$ 13,7 bilhões.

#### BOLSONARO AGRADECE

Há duas possibilidades de acordo. Um envolveria os quatro países do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), tendo como foco a queda de tarifas de importação. O outro abrangeria exclusivamente Brasil e EUA e seria ainda mais ambicioso, com a inclusão de outras áreas além da comercial. O secretário de Comércio Exterior, Marcos Troyjo, vê inclusive a possibilidade de Brasil e EUA formarem jointventures em terceiros mercados onde hoje são concorrentes. Por isso a aproximação comercial entre os dois países tem tanta importância.

— A manifestação do presidente Trump de que quer um acordo comercial com o Brasil é muito bem-vinda. Reflete a nova qualidade do relacionamento Brasil-EUA e inclusive pode ser considerada um sinal de que os EUA receberam muito positivamente a indicação de Eduardo Bolsonaro para a embaixada em Washington. O Brasil está pronto para sentar-se à mesa com os EUA para definir as modalidades de uma negociação — disse o chanceler Ernesto Araújo.

Ao receber repórteres na Casa Branca, porém, Trump não deu detalhes sobre como estão essas negociações. O secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, está no Brasil e hoje vai encontrar o presidente Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ao ser perguntado sobre Eduardo, Trump afirmou: — Conheço o filho dele, eu acho que o filho dele é fantástico, um grande jovem. Estou muito feliz por ele ter sido indicado, espero que seja nomeado — disse.

— Não acho que é nepotismo, porque o filho dele ajudou muito na campanha. Ele é fantástico.

Sua filha Ivanka e o marido dela, Jared Kushner, estão entre os principais assessores de Trump.

Bolsonaro agradeceu: — Obrigado ao Donald Trump, favorável à ida de Eduardo Bolsonaro como embaixador nos Estados Unidos. Demonstra a confiança que

ele tem no governo e também a confiança que tem no meu filho, que é amigo dos familiares dele. Temos certeza que, caso o Senado aprove a ida para lá, os nossos laços comerciais serão fortalecidos.

Eduardo, que é presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, esteve com Trump na primeira viagem oficial do presidente brasileiro ao exterior, a Washington, em março. Na semana passada, Bolsonaro confirmou que o nome do filho foi indicado para Washington e que aguarda confirmação.

O governo brasileiro argumenta que o fato de Eduardo ter conhecido Trump, seus familiares e outros personagens poderosos de Washington é uma das principais motivações para a nomeação. Há a expectativa de que o acesso do hoje deputado federal à Casa Branca será facilitado, propiciando comunicação direta entre o Planalto e Washington.

#### "PÍLULAS DE VENENO"

Para Zilda Mendes, professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie nas áreas de comércio exterior e câmbio, as negociações com os EUA chegariam em boa hora. Entre os principais itens que poderiam entrar no acordo, ela destacou a transferência de tecnologias. Segundo ela, quanto maior o leque de opções, melhor para o setor produtivo brasileiro.

Para o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, seria melhor esperar a internalização do tratado de livre comércio do Mercosul com a UE, o que deve levar cerca de dois anos: — Nesse período, o Brasil pode aumentar seu cacife, ao aprovar reformas como a tributária e a previdenciária.

Sobre esse acordo, o secretário Wilbur Ross pediu que os representantes dos dois blocos sejam cuidadosos para não haver poison pills (pílulas de veneno) no texto.

— Tenham cuidado ao refinar o contrato, para garantir que não haja pílulas de veneno que nos impeçam de liderar um acordo realmente verdadeiro com o Brasil — disse Ross em evento na Câmara de Comércio Brasil-EUA.

Ele ressaltou que a Europa é diferente dos EUA: — Temos diferenças sobre padrões, alimentos, produtos químicos, automotivos. Por favor, tenham cuidado para não ameaçar algo que seria inconsistente com eles em um contrato livre com agente.

**VEÍCULO: O Globo****Data: 31/07/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Exploração de terras indígenas é causa de atrito com o Congresso**

Supremo começa a arbitrar choques decorrentes da intenção de se abrir reservas a investimentos

Jair Bolsonaro está conduzindo seu plano para a exploração econômica de terras indígenas ao limite de um conflito institucional com o Congresso. Requisitada em caráter de urgência, a arbitragem do Supremo Tribunal Federal está prevista para ocorrer na sessão de amanhã.

Na segunda-feira ele argumentou em defesa da abertura das terras indígenas à exploração econômica, para expansão da agricultura, da mineração e do garimpo, entre outras atividades: "O Brasil vive de commodities. Daqui a pouco, o homem do campo vai perder a paciência e vai cuidar da vida dele. Vai vender a terra, aplicar (o dinheiro) aqui ou lá fora, e cuidar da vida dele. A gente vai viver do quê? O que nós temos aqui além de commodities?" Ele parece empenhado em cumprir supostos compromissos que teria assumido durante a campanha eleitoral. São legítimos, passíveis de mudanças legais, mas o presidente precisa se manter nos limites da legalidade constitucional.

Depois de 28 anos na vida parlamentar, Bolsonaro não pode alegar desconhecimento da Constituição, cujo Capítulo VIII, sob o título "Dos Índios", reconhece os "direitos originários" dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam e dá-lhes posse permanente, com "usufruto exclusivo" das riquezas. Determina à União a demarcação das terras, qualificando-as como "inalienáveis e indisponíveis", e fixando os direitos dos índios sobre elas como "imprescritíveis". No entanto, Bolsonaro insiste em testar os limites institucionais, sob estímulo da ala mais radical do lobby ruralista, que influi em decisões do governo, mas não reúne votos suficientes para se impor dentro da bancada parlamentar setorial.

Já no primeiro dia de governo, transferiu a demarcação e registro de terras indígenas, assim como a Funai, para o Ministério da Agricultura. Fez isso numa Medida Provisória (nº 870), que reestruturou ministérios. Em maio, o Congresso aprovou a MP, mas repôs a atividade de demarcação na Funai e devolveu-a ao Ministério da Justiça, onde estava. Insatisfeito, dias depois Bolsonaro editou outra Medida Provisória (nº 886), desfazendo a decisão do Congresso.

A oposição judicializou o conflito. O ministro do STF Luís Roberto Barroso suspendeu o ato de Bolsonaro, liminarmente, lembrando a expressa proibição constitucional de reedição de normas vencidas no Congresso na mesma sessão legislativa. E pediu urgência no julgamento .

O caso mostra que não basta a vontade presidencial. Mudanças sempre são possíveis, mas é preciso respeitar a Constituição.

**MME / ASCOM .**